

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 065/2023
Data: 14/04/2023



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
CIBERSEGURANÇA NOS PORTOS MUNDIAIS: LIÇÕES PARA O BRASIL.....	4
COBERTURA 4G NA SERRA DO MAR É AMPLIADA PARA MELHORAR COMUNICAÇÃO LOGÍSTICA ATÉ O PORTO DE SANTOS.....	5
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	6
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REPASSA R\$ 50 MI PARA ESTADO AVANÇAR COM ADUTORA	6
BE NEWS – BRASIL EXPORT	7
EDITORIAL – UM PARCERIA ESSENCIAL	7
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	8
<i>Negócio da China 1</i>	8
<i>Negócio da China 2</i>	8
<i>Estrangeiros dedos</i>	8
<i>Leilão</i>	8
NACIONAL - GOVERNO BUSCA APOIO DA INICIATIVA PRIVADA PARA INVESTIR EM FERROVIAS	9
REGIÃO SUDESTE - ZR NEWS DEBATE PLANOS FUTUROS PARA O PORTO DE SANTOS	10
REGIÃO SUDESTE - SP APRESENTA NOVO PLANO DE LOGÍSTICAS COM FOCO PARA MATRIZ FERROVIÁRIA E HIDROVIÁRIA	11
REGIÃO SUL - PF INVESTIGA CAUSAS DO VAZAMENTO DE NAFTA EM TERMINAL DE PARANAGUÁ.....	13
REGIÃO SUL - PORTO DO ITAQUI TEM O MELHOR MARÇO DE SUA HISTÓRIA	14
REGIÃO NORTE - ZONA FRANCA DE MANAUS ASSINA ACORDO DE COOPERAÇÃO COM ANGOLA.....	15
MUNDO CORPORATIVO - ESPECIALISTA EM STARTUPS ASSUME PRESIDÊNCIA DO PARQUE TECNOLÓGICO DE SANTOS ...	16
NACIONAL - VITRINE	17
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	18
SUAPE MOVIMENTA 4 MILHÕES DE TONELADAS NO PRIMEIRO BIMESTRE, AUMENTO DE 10%	18
PORTO DO ITAQUI CRESCE 16% NO 1º TRIMESTRE	19
MINÉRIO APAGA GANHOS COM REABERTURA DE PORTO NA AUSTRÁLIA	20
SP PREPARA PLANO DE LOGÍSTICA PARA AMPLIAR ESPAÇO DE FERROVIAS E HIDROVIAS.....	20
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	21
GÁS PARA EMPREGAR TRAZ OPORTUNIDADE PARA PROJETO DE ESCOAMENTO DA ENP, DIZ FELIX	21
PETROBRAS: COMITÊ INDICA VETO À NOMEAÇÃO DE EFRAIN DA CRUZ PARA CONSELHO.....	22
PREÇO DO GÁS PARA DISTRIBUIDORAS DEVE CAIR, ESTIMA GAS ENERGY	24
JORNAL O GLOBO – RJ	26
ALÉM DE FUNDEB E PISO DA ENFERMAGEM: ARCABOUÇO TERÁ OUTRAS EXCEÇÕES; VEJA QUAIS.....	26
CASA CIVIL DIZ QUE GOVERNO NÃO VAI RECUAR DO FIM DA ISENÇÃO NAS COMPRAS DIGITAIS	27
BNDES FECHA EMPRÉSTIMO DE US\$ 1,3 BILHÃO COM BANCO DE DESENVOLVIMENTO CHINÊS	29
LDO ENCAMINHADA AO CONGRESSO TERÁ TETO DE GASTOS COMO PARÂMETRO, DIZ TEBET	29
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	30
POR DENTRO DO TREM-BALA CHINÊS: CONHEÇA A REDE DE ALTA VELOCIDADE QUE PODE OPERAR NO BRASIL EM 2032	30
‘NÃO CONHEÇO A SHEIN’, DIZ HADDAD NA CHINA, SOBRE TAXAÇÃO DE IMPORTADOS NO E-COMMERCE.....	32
PETROBRAS REPROVA 3ª INDICAÇÃO AO CONSELHO E AUMENTA PRESSÃO SOBRE MINISTÉRIO; LISTA DEVE AUMENTAR.....	33
TAXAÇÃO DE ENCOMENDAS INTERNACIONAIS PODE AFETAR SETOR DE GALPÕES LOGÍSTICOS	35
LÍDER DA OPOSIÇÃO NO SENADO VAI AO STF PARA DERRUBAR DECRETOS DE LULA SOBRE SANEAMENTO	36
PT PRESSIONA HADDAD PARA RETIRAR TETO DE INVESTIMENTOS DE NOVO ARCABOUÇO FISCAL.....	37
O BRASIL VOLTOU? QUEM ESTÁ DE VOLTA É O PT EM SUA MAIS PURA ESSÊNCIA	39
VALOR ECONÔMICO (SP)	40
EXCLUSIVO: APOIO DA UNIÃO A PPPS DE ESTADOS E MUNICÍPIOS SERÁ NA FORMA DE AVAL DO TESOURO	40
O COCHILO GOVERNISTA QUE COLOCOU PSB E PDT NO COLO DE LIRA	41
STJ MANTÉM COBRANÇA DE TAXA POR PORTOS.....	42
O QUE É A POLICRISE, O TERMO QUE VEM SENDO USADO PARA OS DESAFIOS DA HUMANIDADE.....	44
AGÊNCIA BRASIL - DF	51
LULA E XI JINPING ASSINAM 15 ACORDOS DE PARCERIA EM PEQUIM	51
PORTAL PORTOS E NAVIOS	53
LIBERAÇÃO DE RECURSOS DAS CONTAS VINCULADAS TOTALIZOU R\$ 187 MILHÕES NO 1º TRIMESTRE	53
NPA MARACANÃ ATRACA NO PORTO DE SANTOS NA PRÓXIMA QUINTA-FEIRA (20)	55



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 065/2023
Página 3 de 56
Data: 14/04/2023
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA	56
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	56



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

CIBERSEGURANÇA NOS PORTOS MUNDIAIS: LIÇÕES PARA O BRASIL

Ações eficientes são necessárias para garantir a segurança dos portos

Por: *Ricardo Pupo Larguesa*



O Brasil talvez deva se inspirar nas estratégias adotadas por outros países e implementar ações eficientes para garantir a segurança de seus portos Foto: Alexander Ferraz/AT

Os portos são fundamentais para o comércio internacional e o desenvolvimento econômico de diversos países, incluindo o Brasil. Com o aumento da digitalização e da automação nos processos portuários, a cibersegurança se torna um elemento essencial para proteger essas infraestruturas críticas de ameaças cibernéticas. Os portos da Índia, dos Estados Unidos e

da Europa têm enfrentado ataques cibernéticos crescentes, revelando a necessidade de medidas de segurança mais robustas e abrangentes. Diante desse cenário, o Brasil talvez deva se inspirar nas estratégias adotadas por outros países e implementar ações eficientes para garantir a segurança de seus portos.

A cibersegurança nos portos envolve a proteção de sistemas, informações e processos contra ameaças cibernéticas, como hackers, grupos criminosos organizados e até mesmo funcionários internos. Algumas das ameaças mais comuns incluem malware, ransomware e ataques direcionados a sistemas de navegação e controle de tráfego marítimo.

A Índia, por exemplo, está investindo em projetos como Sagar e Sagarmala para aprimorar a segurança e a capacidade portuária, além de promover a automação. Por outro lado, os EUA estão desenvolvendo programas de ciber-resiliência e treinamento de funcionários para garantir que os portos estejam preparados para enfrentar ameaças cibernéticas. Na Europa, as sanções contra a Rússia têm impactado o fluxo de petróleo e os portos europeus também enfrentam desafios na proteção de suas infraestruturas. Além disso, o novo marco regulatório da Europa, que estabelece diretrizes e obrigações mais rígidas em relação à cibersegurança, tem impulsionado o investimento em medidas de proteção. As experiências desses países podem fornecer insights valiosos para o Brasil.

Para melhorar a cibersegurança em seus portos, o Brasil pode adotar uma abordagem multifacetada, incluindo os fatores listados a seguir.

Investimento em tecnologias e infraestruturas seguras: o Brasil deve investir em sistemas de proteção de redes, criptografia e autenticação para garantir que os dados e sistemas portuários sejam protegidos contra violações.

Capacitação e conscientização dos funcionários: é fundamental promover treinamentos regulares e eficazes para os funcionários, a fim de garantir que eles compreendam os riscos cibernéticos e estejam aptos a identificar e responder a ameaças.

Desenvolvimento e atualização de planos de cibersegurança: é importante criar e manter planos de cibersegurança detalhados e abrangentes, testando-os e atualizando-os frequentemente para garantir sua eficácia.

Cooperação internacional e compartilhamento de informações: o Brasil deve buscar parcerias com outros países e organizações internacionais para compartilhar informações e melhores práticas em cibersegurança, fortalecendo a capacidade de prevenir e responder a ataques cibernéticos.

Uso de tecnologias emergentes: a adoção de tecnologias como a blockchain e a inteligência artificial pode melhorar a segurança e a eficiência dos portos, permitindo detecção e prevenção de ameaças em tempo real.

Envolvimento do setor privado: o governo brasileiro deve trabalhar em conjunto com empresas e startups especializadas em cibersegurança, incentivando a inovação e a cooperação para enfrentar os desafios crescentes na área.

Implementação de um marco regulatório nacional: o Brasil pode se inspirar no exemplo europeu e desenvolver um marco regulatório próprio, com diretrizes claras e obrigações para os portos em relação à cibersegurança. Isso ajudará a garantir a conformidade e a responsabilização em todo o setor portuário.

Estabelecimento de um centro de coordenação e resposta a incidentes: criar um centro especializado em monitoramento, análise e resposta a incidentes cibernéticos nos portos permitirá uma abordagem coordenada e eficiente para enfrentar as ameaças cibernéticas.

A cibersegurança é uma preocupação crescente para os portos em todo o mundo. Ao aprender com as experiências de outros países e adotar medidas abrangentes e eficazes, o Brasil pode garantir a segurança de suas infraestruturas portuárias, protegendo-as contra ameaças cibernéticas e assegurando a continuidade das operações. A colaboração entre o setor público, o setor privado e a comunidade internacional será fundamental para alcançar esses objetivos e criar um ambiente portuário seguro e resiliente.

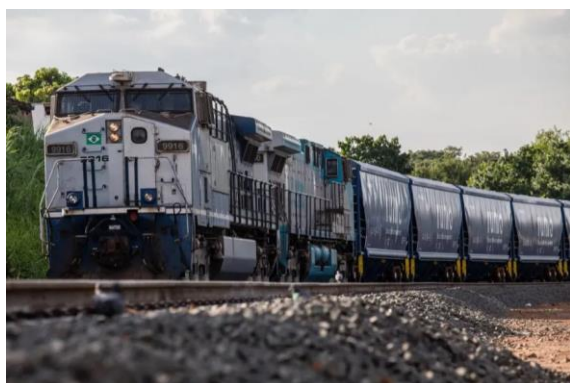
Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 14/04/2023

COBERTURA 4G NA SERRA DO MAR É AMPLIADA PARA MELHORAR COMUNICAÇÃO LOGÍSTICA ATÉ O PORTO DE SANTOS

Instalação de 41 antenas de transmissão em trecho de 41 km reduz tempo de comunicação entre maquinistas e CCO

Por: Da Redação



A Rumo administra um dos principais corredores de escoamento de grãos por ferrovia, de Rondonópolis (MT) ao Porto de Santos Foto: Divulgação/Rumo

Com o objetivo de tornar a comunicação mais ágil e eficiente no transporte da carga via ferrovias até o Porto de Santos, a Rumo, em projeto desenvolvido pela Embratel, instalou 41 antenas de transmissão na Serra do Mar, ligando o Planalto à Baixada Santista e ampliando a cobertura do sinal 4G.

Segundo a companhia, que administra um dos principais corredores de escoamento de grãos por ferrovia, de Rondonópolis (MT) ao Porto de Santos, o projeto tem duas fases. As antenas de transmissão que já estão em operação começaram a ser instaladas em maio de 2022 e se estendem por um trecho de 41 quilômetros, entre as estações Evangelista e Paratinga.

De acordo com a companhia, a tecnologia proporciona maior autonomia e redução no tempo de comunicação entre maquinistas e o centro de controle operacional (CCO) da Rumo, aumentando a eficiência logística da operação. O serviço de transmissão 4G é utilizado por meio de chips da Claro.



O diretor de Tecnologia Ferroviária da Rumo, Marco Andriola, disse que, ao aderir à tecnologia 4G, a empresa busca um sistema de comunicação mais eficaz na região de Serra. “Nossas composições contavam até então com sistema de comunicação via satélite neste trecho. Devido à topografia local, o sinal por satélite não oferece boa cobertura. A área é de grande complexidade pela densidade de trens, impactando na circulação”.

Andriola destacou que, com a implantação do novo sistema, “temos uma redução de 97% no tempo de envio de informações entre trens e CCO, o que fez com que nosso delay caísse, em alguns casos, de sete minutos para poucos segundos. Além disso, o maquinista tem um ganho importante em termos de segurança, uma vez que pode acionar, com maior velocidade, as equipes nos 41 quilômetros de serra”.

Já o diretor-executivo da Embratel, Gustavo Silbert, em nota, disse que a estrutura projetada pela companhia agiliza o rastreamento em tempo real das composições. “No trecho da Serra, há uma área de declive com mata fechada, em que a única forma de conectividade é o 4G”, salientou.

Trens adaptados

As locomotivas foram adaptadas para receber os equipamentos de captação do sinal 4G de forma integrada à comunicação via satélite utilizada nos trechos fora da serra. A tecnologia permite alternar, de forma automática, o padrão de conectividade, acionando o sinal 4G quando a locomotiva entra no trecho de Serra e trocando a conexão quando deixa a área.

Usando a leitura inteligente, as tecnologias devem gerar inúmeras informações para evitar situações emergenciais e identificar possíveis acidentes, possibilitando a análise, por exemplo, de sinais de cansaço dos condutores e outros cenários que fogem do habitual. Por ser uma rede pública, população e empresas da região próximas à linha férrea acabam sendo beneficiadas pela nova conexão à internet.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 14/04/2023



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REPASSA R\$ 50 MI PARA ESTADO AVANÇAR COM ADUTORA

A execução física da obra alcançou 78%, já tendo sido implantados 696 dos 787 km previstos de tubulações.

Por Patricia Raposo



Obra da Adutora do Agreste/Foto: Aluisio Moreira

O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional repassou R\$ 50 milhões para o Governo de Pernambuco acelerar as obras da primeira etapa da Adutora do Agreste. A obra beneficiará 23 municípios do interior de Pernambuco.

O valor repassado neste mês pelo governo federal é maior que a soma de todos os

recursos disponibilizados em 2021 e 2022 juntos (R\$ 40,83 milhões). Para o governo, os repassem apontam para a capacidade de diálogo da nova gestão junto aos demais entes federativos.

Em recursos, obtidos após agendas da governadora Raquel Lyra em Brasília nesse primeiro trimestre de governo, possibilitarão retomar o ritmo da obra, que tem conclusão prevista para 2025, quando todas as adutoras estarão implantadas e a Estação de Tratamento de Água (ETA) do Agreste concluída, viabilizando o transporte de um volume de 2 m³ de água por segundo.

Acelerando adutora

De acordo com a governadora Raquel Lyra, o montante depositado garantirá a aceleração das obras ainda no primeiro semestre. “A gente sabe a importância que uma obra como a Adutora do Agreste tem para melhorar o acesso à água no interior e essa é uma meta prioritária do nosso governo. Estamos determinados a concluir a primeira etapa da Adutora e esse recurso que destravamos em Brasília já é uma amostra de muito trabalho e diálogo que vão se transformar em melhoria de vida para a nossa população”, explicou.

Do valor inicialmente conveniado com o governo federal, restam ser repassados ao Estado de Pernambuco cerca de R\$ 35 milhões, mas com a atualização monetária dos valores do projeto, ainda de 2011, estima-se que a primeira etapa demandará mais R\$ 400 milhões.

A execução física da obra alcançou 78%, já tendo sido implantados 696 dos 787 km previstos de tubulações. Atualmente, a principal obra em execução é a Estação Elevatória de Água Bruta (EEAB), localizada em Arcoverde.

Estação de Tratamento da Adutora do Agreste/Foto: Aluisio Moreira

Segundo o secretário de Recursos Hídricos e Saneamento, Almir Cirilo, os repasses permitem à Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa), executora da obra, a retomada do planejamento de novas ações. Isso envolve a abertura de novas licitações para a construção da Estação de Tratamento de Água e o complemento dos trechos da Adutora entre Caruaru e Gravatá; Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe; Belo Jardim e São Bento do Una e Belo Jardim e Brejo da Madre de Deus.



Com estas ações, a previsão de reforço no abastecimento da cidade de Caruaru segue até o início de 2024.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda
Data: 14/04/2023

BE NEWS

BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – UM PARCERIA ESSENCIAL

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva vem defendendo a retomada dos investimentos públicos, especialmente no setor de infraestrutura. Mas dada a baixa oferta de recursos públicos e as restrições orçamentárias, a União continuará precisando do apoio da iniciativa privada para o desenvolvimento do mercado.



E essa necessidade é reconhecida no Palácio do Planalto e na Esplanada dos Ministérios. Nessa quinta-feira, dia 14, por exemplo, o secretário nacional de Transportes Ferroviários, Leonardo Ribeiro, destacou o papel estratégico que a iniciativa privada terá nos investimentos ferroviários. “No campo ferroviário o setor privado tem um papel fundamental. Fazer uma ferrovia custa caro e o apoio do setor privado nesse processo é importante”, afirmou. E anunciou que o Ministério dos Transportes terá um conselho consultivo para promover ações ferroviárias ouvindo o setor privado. “Isso vai ser uma conexão do público com o privado, junto com as associações para escutar o setor privado. Então, o Ministério vai estar perto do setor privado neste aspecto”, complementou.

A proposta foi apresentada durante a participação de Ribeiro na reunião mensal do Conselho Nacional do Brasil Export, principal fórum de debates sobre transportes do País, ocorrida em Brasília. O órgão reúne lideranças empresariais, autoridades e especialistas.

A participação privada será essencial no desenvolvimento da economia, principalmente na ferroviária. Mas para isso, o Governo deve ter regras claras e segurança jurídica, de modo a criar condições propícias para os investimentos empresariais. E tem ainda de buscar integrar representantes desses executivos na elaboração de suas políticas públicas, mesmo que em caráter consultivo – como pretende fazer. Trata-se, assim, de uma ação sensata e com um importante potencial, integrando os planos do Governo com as demandas do mercado.

Que essa integração avance e poder público e iniciativa privada se unam no desenvolvimento da economia do Brasil, cada um em seu papel.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 14/04/2023*

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

NEGÓCIO DA CHINA 1

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o governador do Pará, Helder Barbalho, se reuniram com o presidente do conselho da China Communications Construction Company (CCCC), Wang Tongzhou, ontem, dia 13, no país asiático. A empresa é a maior construtora da nação. No encontro, foi discutida a possibilidade de a companhia construir e, na sequência, operar a Ferrovia do Pará. Hoje, Helder e Tongzhou vão assinar um memorando de entendimento a respeito do empreendimento. O projeto, segundo as autoridades, prevê investimentos de cerca de R\$ 7 bilhões.

NEGÓCIO DA CHINA 2

A Ferrovia do Pará ligará o Porto de Vila do Conde, em Barcarena (PA), até cidades do sudeste do estado, como Marabá. E dessa região, seguirá até Açailândia (MA), com a Ferrovia Norte-Sul. O empreendimento aumentará a capacidade de escoamento das produções de minério de ferro e grãos paraenses.

ESTRANGEIROS DEDOS

Oito estrangeiros foram detidos no Porto de Paranaguá (PR) por equipes das polícias Federal e Civil. Segundo as autoridades locais, eles tentavam entrar clandestinamente em um navio cargueiro atracado no complexo marítimo. O navio irá seguir para o Porto de Abidjã, na Costa do Marfim, país da África Ocidental para o qual o grupo desejava ir. Em nota, a Polícia Federal informou que “os estrangeiros permanecerão sob a responsabilidade da agência marítima representante do armador do navio, aguardando trâmites do processo de repatriação ou de eventual pedido de refúgio”.

LEILÃO

A Receita Federal vai leiloar cargas apreendidas no Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos (SP). Todos os 14 lotes são formados por joias, ouro e pedras preciosas, como diamantes e esmeraldas. A sessão será realizada pela internet, por meio do Sistema de Leilão Eletrônico, no próximo dia 25. E apenas empresas vão poder participar. Os lances iniciais devem ser feitos até as

20 horas do dia 24. O edital e a relação das mercadorias podem ser consultados no site da receita, no www.gov.br/receitafederal.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/04/2023

NACIONAL - GOVERNO BUSCA APOIO DA INICIATIVA PRIVADA PARA INVESTIR EM FERROVIAS

Secretário nacional de Transportes Ferroviários falou sobre o assunto durante encontro promovido pelo Brasil Export, em Brasília

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br



Da esquerda para a direita: o diretor da ANTT, Felipe Queiroz, o secretário nacional de Transportes Ferroviários, Leonardo Ribeiro, e o CEO do Brasil Export, Fabrício Julião

O Conselho Nacional do Brasil Export realizou ontem (13), um encontro em Brasília entre representantes do setor de infraestrutura e autoridades. O secretário nacional de Transportes Ferroviários, Leonardo Ribeiro, esteve no evento e destacou a importância da iniciativa privada nos investimentos em ferrovias.

“No campo ferroviário o setor privado tem um papel fundamental. Fazer uma ferrovia custa caro e o apoio do setor privado nesse processo é importante”, explicou.

Segundo o representante do Ministério dos Transportes, a pasta terá um conselho consultivo para promover ações ferroviárias com o intuito de ouvir o setor privado.

O secretário executivo do Ministério de Portos, Roberto Gusmão, afirmou durante o encontro que um dos objetivos do Governo destravar o modal hidroviário

“Isso vai ser uma conexão do público com o privado, junto com as associações para escutar o setor privado. Então, o Ministério vai estar perto do setor privado neste aspecto”, disse Ribeiro.

O secretário executivo do Ministério de Portos e Aeroportos, Roberto Gusmão, também participou do evento. Ele também ressaltou a importância do capital privado para o setor, mas reconheceu que o assunto gera discordâncias dentro do Governo Federal.



“O ministro Renan (Filho, dos Transportes) e o ministro Márcio (França, de Portos e Aeroportos) têm a incumbência de fazer essa integração ferrovia e porto e dos diversos ramais”, disse.

Roberto Gusmão também apontou que outro objetivo do Governo é destravar o modal hidroviário.

“Tivemos uma conversa muito proveitosa com a Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) para ampliar ainda mais os estudos e projetos para ter a execução das obras prioritárias”, afirmou.

O diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Felipe Queiroz, ressaltou a importância do encontro promovido pela Brasil Export para o setor.

“Os formuladores de políticas públicas, a regulação e o setor regulado juntos na mesa, é assim que se constrói soluções, através do diálogo”, destacou.

O CEO do Brasil Export, Fabrício Julião, destacou que a presença das principais lideranças do setor e das autoridades é primordial para o tema. “A pauta do transporte ferroviário é muito importante dentro do contexto do Brasil Export”, disse.

Fabrício também convidou as autoridades presentes para o próximo evento do Grupo Brasil Export. O Santos Export – Fórum Regional de Logística, Infraestrutura e Transportes está marcado para os dias 15 e 16 de maio. No início deste mês foi realizado o Norte Export, em Manaus (AM).

O Brasil Export é o mais abrangente movimento do setor de logística, infraestrutura e transportes no País, com um fórum permanente, multissetorial e agregador. Reúne as principais autoridades e lideranças empresariais com o objetivo de fomentar o diálogo e incentivar a inovação e promover conhecimento.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/04/2023

REGIÃO SUDESTE - ZR NEWS DEBATE PLANOS FUTUROS PARA O PORTO DE SANTOS

Outro assunto do programa foi a expectativa para a realização do Santos Export, no mês que vem
Por Cássio Lyra redacao@portalbenews.com.br



Sobre os novos desenhos para o STS10 e o Concais, Thiago Robles acha normal o Governo fazer uma reavaliação para entender se estão dentro das políticas para o desenvolvimento do porto Crédito: Reprodução/ZR News

(O TÚNEL) É UMA OBRA DE EXTREMA IMPORTÂNCIA PARA A REGIÃO, NÃO SOMENTE EM QUESTÕES DE NÍVEL PORTUÁRIO, MAS TAMBÉM PELO ASPECTO DA MOBILIDADE URBANA, VINDO A ATINGIR TODOS OS SETORES DA ECONOMIA”

THIAGO ROBLES

gerente jurídico e de Recursos Humanos

O Programa ZR News, veiculado pela rádio Santa Cecília FM (107,7 FM), abre espaço todas as quintas-feiras para o segmento portuário. E ontem o debate foi sobre alguns dos projetos futuros para o Porto de Santos (SP), tais como a ligação seca entre o município e Guarujá, a situação do terminal STS10, para armazenagem e movimentação de contêineres, e novo terminal de passageiros, o Concais. Outro tema em pauta foi a expectativa para a realização do Santos Export, próximo evento de debates regionais promovido pelo Grupo Brasil Export.

O programa debateu a entrevista para o BE News do secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários Fabrizio Pierdomenico. Na reportagem, publicada em duas partes no portal BE News (portalbenews.com.br) e nas edições do último fim de semana (8 e 9) e de segunda-feira (10) do jornal BE News, ele comentou sobre novos desenhos para o STS10 e o Concais.

Para Thiago Robles, gerente jurídico e de Recursos Humanos do Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo) de Santos, o movimento do Governo Federal é algo normal sobre projetos que já estavam desenvolvidos.

“Tenho acompanhado no setor empresarial uma confiança muito grande na qualidade técnica do Ministério de Portos. Acho completamente natural uma nova equipe assumir projetos e fazer uma reavaliação para entender se estão dentro das políticas de Estado que se tem para o



desenvolvimento do porto. Acho que não teremos grandes rompimentos, mas, sim, ajustes”, analisou Robles.

Outro assunto em questão foi a ligação seca, o túnel submerso que vai ligar as duas margens do Porto de Santos, em Santos (à direita) e em Guarujá (esquerda). No início desta semana, o ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, afirmou que o projeto sairá do papel em breve.

“O túnel estava (incluído) no processo de desestatização, mas foi descontinuado politicamente. É uma obra de extrema importância para a região, não somente em questões de nível portuário, mas também pelo aspecto da mobilidade urbana, vindo a atingir todos os setores da economia. A sociedade precisa entender melhor qual o encaminhamento que o Governo Federal está querendo dar”, mencionou.

Para o jornalista Bruno Merlin, diretor de Comunicações do Brasil Export, 2023 será um ano de planejamento do Governo Federal para a área portuária, em especial o cais santista.

“Temas como a remodelação, reformulação, a questão das licitações dos terminais, e principalmente, o que será concedido de serviços para a iniciativa privada. Esse será um debate bem profundo nesse primeiro ano de gestão do Governo Federal, para que seja colocado em prática a partir de 2024”, disse.

Santos Export

Após o grande sucesso que foi a realização do Norte Export, as atenções se voltam para o Porto de Santos com a edição do Santos Export. O segundo fórum regional do calendário de 2023 do Grupo Brasil Export acontecerá nos dias 15 e 16 de maio.

Nos painéis de debates serão discutidos o modelo de gestão da Autoridade Portuária após o posicionamento do Governo Federal de ser contrário à desestatização, bem como os acessos terrestres e aquaviários ao cais santista.

“É o quarto ano que o Grupo Brasil Export faz a maratona de fóruns regionais visitando as regiões do Brasil, debatendo assuntos pertinentes a cada uma delas. É inegável que o Porto de Santos tem uma participação única e muito importante no comércio exterior brasileiro. É sempre um evento que exige muito trabalho e também atrai a atenção das principais autoridades que estarão presentes”, analisou Merlin.

Todas as quintas-feiras, o ZR News, com apresentação do jornalista Zerri Torquato, é voltado para os assuntos portuários, além de ter o quadro Santos Export. O programa pode ser acompanhado também pelo portalbenews.com.br.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/04/2023

REGIÃO SUDESTE - SP APRESENTA NOVO PLANO DE LOGÍSTICAS COM FOCO PARA MATRIZ FERROVIÁRIA E HIDROVIÁRIA

Segundo a Secretaria de Meio Ambiente, Logística e Infraestrutura, plano será concluído em 2025
Por CÁSSIO LYRA redacao@portalbenews.com.br

A Secretaria de Meio Ambiente, Logística e Infraestrutura (Semil) de São Paulo apresentou ontem novas diretrizes para o chamado Plano de Logística e Investimentos do Estado. Entre as propostas apresentadas, o projeto visa a otimização da matriz modal, com foco para maior participação de ferrovias e hidrovias. De acordo com a pasta, o plano será concluído em 2025.

A apresentação do seminário ficou sob responsabilidade de André Nozawa Brito, coordenador de Planejamento da Subsecretaria de Logística e Transportes do Estado.



Durante o seminário ficou determinado que o plano vai estudar a equidade no acesso ao transporte, levando em consideração fatores sócio-econômicos, logísticos e ambientais
Crédito: Reprodução/Semil

FICOU DETERMINADO QUE O PLANO VAI ESTUDAR A EQUIDADE NO ACESSO AO TRANSPORTE, A PARTIR DA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS E A MELHORIA DO BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO POR MEIO DA REDUÇÃO DE EMISSÕES, TEMPOS DE VIAGEM, CUSTOS LOGÍSTICOS E DE ACIDENTES

Em pouco mais de 40 minutos, ficou determinado que o plano vai estudar a equidade no acesso ao transporte, a partir da redução das desigualdades regionais e a melhoria do bem-estar da população por meio da redução de emissões, tempos de viagem, custos logísticos e de acidentes.

A secretária de Meio Ambiente, Logística e Infraestrutura (Semil), Natália Resende, afirmou que melhorar o modal ferroviário é tratado como um desafio para o Governo Estadual.

“Há muita luta, há anos, para a gente conseguir fazer ferrovia, para conseguirmos melhorar o modal ferroviário no Brasil. Vamos fazer isso aqui no Estado de São Paulo, sabendo dos desafios que temos, de precisar colaborar com o Governo Federal e fazer essa articulação. Haja vista a nossa malha, que é federal. Vamos buscar onde nós conseguimos, por exemplo, fazer shortlines, procurar onde temos oferta e demanda, como que a gente consegue pular dos nossos 20 mil km operando. O Brasil tem que melhorar na parte de ferrovias e o estado de São Paulo vai ajudar nesse sentido”, comentou.

Entre os números que chamaram a atenção durante a apresentação do seminário, um deles diz respeito à diferença de participação de cada modo de transporte na matriz paulista. Os dados mais recentes mostraram a maior concentração no modal rodoviário, com 79,6% e 12,6% em ferrovias, enquanto que as hidrovias ficaram abaixo de 1%; com 0,31%.

“O investimento na melhoria da navegabilidade da hidrovia Tietê-Paraná é um exemplo de ação estruturante em andamento e, com a participação de todos, queremos chegar a um resultado dinâmico e consistente, com outras medidas de curto, médio e longo prazo”, analisou Natália Resende, fazendo menção à retomada das obras para ampliação de profundidade do canal de Nova Avanhadava, anunciado no mês passado.

Entre os temas a serem estudados dentro do planejamento estão a priorização de investimentos sob a ótica do benefício social para as rodovias; acessibilidade aos portos de Santos e São Sebastião, bem como uma maior participação do terminal portuário do Litoral Norte; e melhorias de acessibilidade terrestres para os aeroportos do Estado.

Big Data

O novo plano também levará em consideração a estimativa de viagens rodoviárias no Estado, com 3 bilhões de deslocamentos registrados em 12 meses, pelo projeto Big Data, a partir de uma base de rastreamento de 24 milhões de usuários.

O levantamento mostra, a partir da utilização de mapas, onde se concentram os deslocamentos com diferentes categorias de veículos e de cargas, o que facilita a análise de gargalos e da desigualdade regional.

“A logística olha muito a estrutura de redes, nós, gargalos, ofertas e demandas. Precisamos otimizar a nossa matriz, que sabemos ser desbalanceada. Este é um plano de Estado, que será construído com diálogo, uma característica deste governo”, afirmou a secretária.

Ligação seca

Na parte final da apresentação, a secretaria foi questionada sobre o andamento do processo que envolve a ligação seca entre as duas margens do Porto de Santos, entre os municípios de Santos e Guarujá.

“Estamos sempre buscando uma solução harmoniosa, porque queremos que seja feito. Da nossa parte, já fizemos e estamos fazendo. Qualificamos a atualização dos estudos. Inclusive foi um dos nossos primeiros projetos discutidos. Muito bem feito o projeto, análise multicritério. Estamos olhando a questão ambiental junto à Cetesb. O Governo Federal tem a questão da poligonal, mas estamos em diálogo contínuo”, analisou.

André Isper, secretário-executivo de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo, afirmou que os estudos jurídicos indicam que o empreendimento seria construído a partir de uma PPP (Parceria Público-Privada).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 14/04/2023

REGIÃO SUL - PF INVESTIGA CAUSAS DO VAZAMENTO DE NAFTA EM TERMINAL DE PARANAGUÁ

Como parte da operação denominada de Águas Carijó, corporação acolheu documentos do navio Stolt Sisto

Por CÁSSIO LYRA redacao@portalbenews.com.br



Foi cumprido um mandado de busca e apreensão no navio responsável pelo transporte e bombeamento do produto químico que vazou em grande quantidade Crédito: Divulgação/PF

A Polícia Federal (PF) anunciou que deu início ontem (13) à Operação Águas Carijó, que investiga o vazamento de nafta ocorrido no terminal da Terin, dentro do Porto de Paranaguá (PR), ocorrido no último domingo (9). Segundo a Portos do Paraná, Autoridade Portuária gestora do cais, foram identificados dois rompimentos na

tubulação que causaram o derramamento do produto químico.

Segundo a PF, a investigação busca esclarecer as causas que culminaram no desastre ambiental de consequências ainda não dimensionadas.

Foi cumprido um mandado de busca e apreensão no navio responsável pelo transporte e bombeamento do produto químico que vazou em grande quantidade.

A Polícia Federal afirmou que coletou documentos e informações que ajudarão a reconstituir e compreender o evento. Com isso, juntamente com outros dados dentro da investigação, busca-se saber se ocorreu algum tipo de ação criminosa ou negligência que tenha sido responsável pelo incidente.

A 23ª Vara Federal de Curitiba autorizou a atuação da PF para que a corporação tenha acesso a todos os tipos de documentações e informações relacionados ao incidente.

A Justiça Federal atendeu ao pedido do Ministério Público Federal (MPF) após a negativa de representantes do navio Stolt Sisto de entregarem documentações sobre a embarcação e a operação no terminal da Terin.

Em nota enviada para o BE News, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que também faz parte da Operação Águas Carijó, informou que a Terin comunicou o acidente ambiental via Sistema Nacional de Emergências Ambientais (Siema) imediatamente após o ocorrido, conforme condicionante ambiental 1.4 da Licença de Operação (LO) Nº 1217/2014.

Segundo o Ibama, em 30 dias a empresa deverá reportar ao órgão licenciador do Estado as medidas adotadas, visto que o licenciamento da concessão foi estadual.

O Porto de Paranaguá, licenciado pelo Ibama, deverá apresentar as informações ao instituto no mesmo prazo. A autarquia apura se houve infração administrativa.

Incidente

As atividades no Terminal Terin continuam suspensas em razão do incidente. Ontem, técnicos da empresa realizaram a pigagem da tubulação, que terá como principal objetivo tirar o que resta de produto da linha a partir da utilização de espuma.

Por conta da previsão de chuva a partir de hoje (14) no litoral do Paraná, estão sendo planejadas ações preventivas para que não haja pontos de alagamento na região e venha prejudicar o andamento da operação de equipes de emergência no local.

A operação de navios no Píer Público de Granéis Líquidos voltou a estar liberada na terça-feira, após ter sido paralisada na segunda-feira (10), ainda por reflexo do vazamento.

A Portos do Paraná disse que autorizou, de forma planejada e coordenada pela Guarda Portuária, o acesso rodoviário aos terminais que operam nas áreas de abrangência da emergência.

A Autoridade Portuária também informou que as ações de combate e emergência sobre o incidente estão sob responsabilidade da equipe do Corpo de Bombeiros.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/04/2023

REGIÃO SUL - PORTO DO ITAQUI TEM O MELHOR MARÇO DE SUA HISTÓRIA

Complexo movimentou mais de 3 milhões de toneladas no período, crescimento de 22%

Por CÁSSIO LYRA redacao@portalbenews.com.br



No trimestre, o porto público do Maranhão operou 7,2 milhões de toneladas de cargas, crescimento de 16% comparado ao mesmo período de 2022 Crédito: Divulgação

O Porto do Itaqui (MA) teve o melhor março de sua história ao movimentar no período 3,11 milhões de toneladas de cargas, o que está 22% acima do volume operado no mesmo mês do ano passado.

No acumulado dos três primeiros meses deste ano, o porto público do Maranhão também registrou resultados positivos, com 7,2 milhões de toneladas de cargas movimentadas, o que representa um crescimento de 16% em relação ao mesmo período do ano passado.

No detalhamento por tipo de carga, houve aumento de 10% no granel líquido, 29% no granel sólido e de 8% na carga geral em relação a março de 2022. Destaque para os derivados de petróleo para o mercado interno, gás liquefeito de petróleo (GLP), soda cáustica, soja, cobre, fertilizantes e celulose.

Foram 4,6 milhões de toneladas de grãos sólidos, uma alta de 16% em relação aos três primeiros meses de 2022, e 2,11 milhões de toneladas de grãos líquidos, 23% acima do volume registrado de janeiro a março passado.

A soja foi a carga com maior volume registrado no período, com 2,3 milhões de toneladas, seguida do milho, que atingiu a marca de 1 milhão de toneladas e cresceu 178% em relação ao acumulado de 2022. As cargas de cobre e carvão também tiveram destaque, com alta de 34% e 82%, respectivamente.

Segundo o presidente da Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap), Gilberto Lins, os números são fruto do compromisso do Governo do Maranhão com o desenvolvimento do Estado.

“A gestão do Porto do Itaqui atua com foco em resultados e melhoria contínua baseada em um trabalho de equipe da Emap ao lado de parceiros comerciais e todos os elos das cadeias produtivas das cargas que movimentamos, cumprindo diariamente o nosso papel de Autoridade Portuária”, afirmou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/04/2023

REGIÃO NORTE - ZONA FRANCA DE MANAUS ASSINA ACORDO DE COOPERAÇÃO COM ANGOLA

País africano que trocar experiências para desenvolver economicamente a sua primeira Zona Franca
Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



O acordo de cooperação, assinado no último dia 5, em Brasília, é o primeiro na história da Suframa firmado com um país do continente africano. Crédito: Divulgação/Ministério das Relações Exteriores

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), assinou um Memorando de Entendimento com a Zona Franca de Angola, que está ainda em processo de desenvolvimento e visa, com o acordo, trocar informações para a efetivação do projeto.

É o primeiro acordo de cooperação na história da Suframa com um país do continente africano. O documento, assinado no último dia 5, durante a VII Reunião Mista Brasil-Angola, em Brasília, reuniu membros da gestão da ZFM e da Sociedade de Desenvolvimento da Barra do Dande, administradora da Zona Franca de Desenvolvimento Integrado da Barra do Dande (Dande Free Zone), em Angola.

A Zona Franca de Angola fica na província de Bengo e está sob a gestão do órgão desde julho de 2022, quando celebrou com o Ministério da Economia e Planejamento do país o Contrato de Concessão da Gestão da Dande Free Zone. A duração é de 30 anos, prorrogáveis por mais 25 anos. O período será usado para desenvolver as principais atividades da Zona Franca de Angola.

Entre as expectativas, está a criação de 21 mil postos de trabalho, além de uma contribuição entre 1,5% e 2% no Produto Interno Bruto (PIB) do país na próxima década.

Em sua primeira fase, a Dande Free Zone será implementada em uma área de 860 hectares, cerca de 16% dos 5.465 hectares da área total do projeto. O território contém reservas estratégicas de combustíveis e áreas para iniciativas nos campos da geração de energia e da segurança alimentar.

Acordo

O Memorando de Entendimento é um instrumento de Cooperação Técnica Internacional Descentralizada que não envolve aportes financeiros e nem representa compromissos internacionais

entre nações, sendo apenas uma intenção específica entre entidades ou organizações de países diferentes.

No caso, o interesse angolano é pela troca de experiências, informações e práticas a fim de que possam desenvolver economicamente a primeira Zona Franca do país.

Os administradores também pretendem fazer uma visita técnica a Manaus a fim de conhecer melhor a ZFM.

A Suframa foi representada na solenidade de assinatura pelo coordenador-geral de Representação Institucional, Marlênio Oliveira, e pelo analista técnico da Coordenação-geral de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, Arthur Lisboa.

Para o superintendente interino da Suframa, Marcelo Pereira, o acordo internacional demonstra que a Autarquia está sendo reconhecida internacionalmente como uma instituição de referência na indução do desenvolvimento sustentável.

“O acordo é uma oportunidade de estreitar os laços com Angola e contribuir com uma agenda positiva entre os dois países, evidenciando a importância do modelo de desenvolvimento Zona Franca de Manaus e sua condição atual de referência internacional”, frisou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/04/2023

MUNDO CORPORATIVO - ESPECIALISTA EM STARTUPS ASSUME PRESIDÊNCIA DO PARQUE TECNOLÓGICO DE SANTOS

Órgão busca motivar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação no município portuário paulista

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br



Com 32 anos, Eduardo Bittencourt é o presidente mais jovem na história do Parque Tecnológico de Santos

A nomeação do empreendedor tecnológico e especialista no desenvolvimento de startups Eduardo Bittencourt é um dos destaques da edição desta semana da coluna Mundo Corporativo. Há ainda novidades sobre nomeações na Agência de Transportes de São Paulo (Artesp), na Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) de São Paulo e no Senado, além de uma transferência no Grupo Tereos.

Artesp

Superintendente de Projetos de Concessão de Infraestrutura Rodoviária da Infra S.A., do Ministério dos Transportes, o engenheiro Santi Ferri foi indicado pelo Governo de São Paulo para integrar a Diretoria de Operações da Agência de Transportes de São Paulo (Artesp). A indicação foi encaminhada para a Assembleia Legislativa do Estado, para análise e eventual aprovação. Ferri é funcionário concursado da Artesp.

CDHU

O jornalista Shamash Visintin assumiu o cargo de superintendente de Comunicação da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) do Estado de São Paulo. Nos últimos dois anos, ele atuou como chefe da Assessoria de Comunicação e Cerimonial da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Fundação Parque Tecnológico de Santos

O especialista no desenvolvimento de startups Eduardo Bittencourt foi nomeado como novo diretor-presidente da Fundação Parque Tecnológico de Santos (FPTS), que busca incentivar a pesquisa, o

desenvolvimento e a inovação na cidade portuária paulista. Gabriel Miceli continuará como diretor técnico do Parque e José Rezende, como diretor administrativo. No cargo, Bittencourt planeja criar “verticais para fomentar a aplicação de tecnologia em diversos mercados, como os da construção civil, longevidade, logística, infraestrutura portuária e cidades inteligentes”.

Senado

O ex-chefe de gabinete do ministro da Infraestrutura Marcelo Sampaio, Leandro Miranda, assume como chefe de gabinete do senador Wilder Morais (GO), no Senado.

Tereos

Após dois anos atuando como diretor de Desenvolvimento de Pessoas, Treinamento e Aquisição de Talentos do Grupo Tereos na França, Rui Carvalho retorna ao Brasil para assumir o cargo de Diretor de Recursos Humanos da empresa no País. A companhia é uma das líderes mundiais na produção de açúcar, etanol e bioenergia. Formado em Administração de Empresas e com pós-graduação em Gestão de RH e Psicologia Social, Carvalho substitui Carlos Leston, que se aposentou após 16 anos de atuação na companhia.

Quer divulgar seu novo cargo, sua promoção ou o novo projeto profissional, envie as informações para o e-mail leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br ou, pelo whatsapp, para a Linha Direta BE News, no (11) 91615-1200.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/04/2023

NACIONAL - VITRINE

VITRINE



CÂNDICE LA TERZA
candice@portalbenews.com.br

Para os eventos que fazem a diferença, esta é a sua **Vitrine**.

Ouvi comentários de que abril seria um mês parado porque teríamos muitos feriados. Será mesmo? Com certeza, quem comentou isso não conhece os setores de portos, de logística e de infraestrutura. Por aqui, não paramos nunca e, claro, os bastidores dos eventos, workshops, premiações, reuniões importantes, palestras e feiras que fomentam o mercado você vê por aqui, na nossa Vitrine!

SOPESP 30 ANOS

Para abrir as comemorações dos 30 anos do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo – Sopesp, e encerrar a programação do mês das mulheres, a entidade realizou um debate feminino sobre as necessidades do Porto de Santos e perspectivas para o setor portuário, que aconteceu na sede da Associação Comercial de Santos, em 31 de março



A diretora de jornalismo e apresentadora da Santa Cecília TV, Natalie Nanini, que foi mestre de cerimônia e mediou o debate, ao lado do diretor-executivo do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp) e presidente do Conselho do Santos Export, Ricardo Molitzas, e a diretora de Produção do Brasil Export, Hevelyn Souza, após mais um evento realizado com sucesso.

Numa foto descontraída, especial e exclusiva para nossa coluna, a sócia da Revoredo Advocacia, Daniella Revoredo, a delegada da Polícia Federal e coordenadora do CESPOTOS, Luciana Fuschini Nave, que participou do debate, e a também participante da mesa, a diretora da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Flávia Takafashi.



NORTE EXPORT

Falando em evento de sucesso, valem mais registros do Norte Export, o primeiro dos eventos de regiões do Brasil Export, maior fórum de debates da América Latina, que aconteceu em Manaus - AM, na semana passada.

30 ANOS DE PROA



Representantes da Praticagem dos Rios Ocidentais da Amazônia - PROA, ao lado do presidente, ao centro de terno escuro, João Gilberto Coelho, e do secretário-executivo da Praticagem Brasil, Arionor Castro de Souza, à direita da foto. A PROA celebrou no Norte Export os 30 anos contribuindo para o transporte aquaviário de cargas e para a segurança das operações.

PORTO DE MANAUS



No primeiro dia de evento, durante a visita técnica ao Porto de Manaus (AM), o presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), Sérgio Aquino, a diretora-executiva da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Claudia Borges, a diretora-executiva da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), e diretora do Mulheres & Portos, Cristina Dutra, a advogada especializada em direito portuário, Fernanda Araujo; na fileira de baixo, a gerente Jurídica e de Relações Institucionais da Cargill Agrícola, Sandra Francisco da Silva, o presidente da Associação dos terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Conceição da Silva, e o CEO do Brasil Export, Fabrício Julião.

DEBATES IMPORTANTES



Em close para a coluna Vitrine, após os primeiros debates do segundo dia de Norte Export, a gerente da MSC Manaus, Adriana Menezes Cruz, e o diretor do Super Terminais, Marcello Di Gregorio. Presenças importantes para o sucesso dos nossos eventos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 14/04/2023



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

SUAPE MOVIMENTA 4 MILHÕES DE TONELADAS NO PRIMEIRO BIMESTRE, AUMENTO DE 10%

Informações: Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros (14 de abril de 2023)

O Porto de Suape teve crescimento de 10% na movimentação de cargas no primeiro bimestre deste ano em relação ao mesmo período do ano passado, totalizando 4 milhões de toneladas. Os bons ventos que sopram em direção ao quinto atracadouro público mais movimentado do Brasil (24,7 milhões de toneladas em 2022) se devem à diversificação das operações. Como resultado dessa boa performance, ocorreram no período 253 atracações, 10% a mais do que foi registrado em janeiro e fevereiro de 2022. A movimentação de granéis líquidos (derivados de petróleo), por exemplo, subiu 13,36%, e o transporte de cargas containerizadas, 6,82%.

O saldo positivo de Suape contrasta com os dados nacionais divulgados pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários antes do feriadão: queda de 3,07% em relação a 2022 e movimentação de 174,46 milhões de toneladas de janeiro a fevereiro de 2023. O decréscimo foi impulsionado pela diminuição da movimentação de minério de ferro (-4,2%), soja (-19,165) e adubos (-24,97%), itens que não embarcam ou desembarcam no porto pernambucano.

O diretor-presidente de Suape, Marcio Guiot, pontua que a administração prevê crescimento de 8% em relação a 2022. “Os derivados de petróleo continuam sendo o nosso ponto alto, porém, estamos trabalhando, incansavelmente, para ampliar o leque de cargas, atraindo novos players para Suape, um porto-indústria com localização privilegiada e dotado de modernas instalações, podendo movimentar os mais diversos tipos de mercadorias”, afirma. O atracadouro é o líder nacional na



movimentação de graneis líquidos, responsáveis por 72,1% do volume de cargas transportadas em 2022.

O diretor de Gestão Portuária, Nilson Monteiro, acrescenta que o contínuo embarque e desembarque de automóveis é outra operação que vem trazendo grande movimento ao atracadouro. O Hub de Veículos, impulsionado a partir de novembro de 2021, registrou aumento de 10% no número de automóveis comparado a 2022. “Movimentamos 9.172 unidades nesse período, incluindo veículos fabricados na Argentina e no Uruguai e distribuídos para outros países da América Latina e Estados Unidos desde Suape”, explica.

AÇÚCAR

O embarque de açúcar ensacado para outros Estados e países é outra operação que vem se intensificando em Suape. Para se ter uma ideia do incremento no transporte desse tipo de carga, a estatal movimentou 57% a mais no primeiro bimestre deste ano, um total de 71 mil toneladas do produto. “Suape está situado a poucos quilômetros das principais usinas produtoras de açúcar da Zona da Mata Sul de Pernambuco, fato que facilita o escoamento da produção. Além disso, a estrutura dos nossos cais otimiza o transporte da carga, trazendo mais competitividade à indústria açucareira do Estado”, enfatiza Monteiro.

O PORTO

Os produtos derivados de petróleo são movimentados no porto externo, nos quatro Píeres de Graneis Líquidos (PGL). Na área, também fica o Cais de Múltiplos Usos, que está sendo reformado para receber as operações de regaseificação de GNL. As mercadorias containerizadas e os demais tipos de carga são operadas nos cinco cais do porto interno, sendo dois deles terminais alfandegados arrendados ao Tecon Suape.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 14/04/2023

PORTO DO ITAQUI CRESCE 16% NO 1º TRIMESTRE

Informações: Porto do Itaqui (14 de abril de 2023)

O Porto do Itaqui teve o melhor março de sua história, com 3,11 milhões de toneladas de cargas movimentadas, o que está 22% acima do volume operado em março de 22, marca recorde anterior. No detalhamento por tipo de carga, houve aumento de 10% no granel líquido, 29% no granel sólido e de 8% na carga geral em relação a março de 2022. No mês, destacaram-se os derivados para mercado interno, GLP, soda cáustica, soja, cobre, fertilizantes e celulose (comparados ao planejamento).

Já no acumulado dos três primeiros meses do ano o porto público do Maranhão registrou 7,2 milhões de toneladas de cargas movimentadas, o que representa crescimento de 16% no em relação ao mesmo período do ano passado. Só em graneis sólidos foram 4,6 milhões de toneladas, o que corresponde a uma alta de 16% em relação aos três primeiros meses de 2022. E as 2,11 milhões de toneladas de graneis líquidos movimentadas no período ficaram 23% acima do volume registrado de janeiro a março passado.

A soja foi a carga com maior volume registrado no período, com 2,3 milhões de toneladas, seguida do milho, que atingiu a marca de 1 milhão de toneladas e cresceu 178% em relação ao acumulado de 2022. As cargas de cobre e carvão também tiveram destaque, com alta de 34% e 82%, respectivamente. E entre os graneis líquidos os combustíveis para mercado interno chegaram a 1,3 milhão de toneladas e o entreposto movimentou 767 mil toneladas desse granel.

Segundo o presidente da EMAP – Empresa Maranhense de Administração Portuária, Gilberto Lins, os números são fruto do compromisso do Governo do Estado com o desenvolvimento do Maranhão. “A gestão do Porto do Itaqui atua com foco em resultados e melhoria contínua baseada em um trabalho de equipe da EMAP ao lado de parceiros comerciais e todos os elos das cadeias produtivas das cargas que movimentamos, cumprindo diariamente o nosso papel de Autoridade Portuária”, afirmou.

Ferryboat

Nos terminais de transporte aquaviário da Ponta da Espera e do Cajupe passaram, neste primeiro trimestre, cerca de 470 mil passageiros, um crescimento de 16,35% (em relação ao 1º tri de 2022). Foram mais 66.085 passageiros em relação ao mesmo período de 2022. A alta no número de veículos chegou a 19,43% com mais de 97 mil veículos (15.811 a mais do que o registrado no primeiro trimestre de 2022).

Com a sanção da Lei Estadual 059/2023, a responsabilidade pelo planejamento, coordenação, controle, concessão, permissão, regulação e fiscalização dos serviços de transporte aquaviário intermunicipal, em especial o ferryboat, passou a ser competência da EMAP.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 14/04/2023

MINÉRIO APAGA GANHOS COM REABERTURA DE PORTO NA AUSTRÁLIA

Informações: Moneytimes (14 de abril de 2023)

O minério de ferro apagou a maioria dos ganhos do início da sessão desta sexta-feira, após a reabertura do principal porto da matéria-prima na Austrália.

Os futuros chegaram ao final do dia em Singapura perto da estabilidade, tanto em relação à sessão anterior quanto à semana passada, abaixo de US\$ 117 a tonelada.

O maior ciclone a atingir a Austrália Ocidental em pelo menos uma década poupou Port Hedland, de onde saem a maioria das exportações de minério do país, de grandes danos.

Preocupações que a tempestade pudesse apertar a oferta, bem no momento em que começa a alta temporada de construção na China, ajudaram o mercado de minério a ensaiar uma recuperação no início desta semana. Além disso, os estoques de minério nos portos chineses vêm caindo desde o final de fevereiro.

Mas o aumento sazonal da demanda decepciona em meio a uma recuperação incerta da economia da China, e as siderúrgicas do país foram forçados a baixar preços para estimular as vendas. A probabilidade de que Pequim exija um corte na produção de aço pelo terceiro ano consecutivo também pesa na confiança do mercado.

Os futuros de minério na bolsa chinesa de Dalian fecharam com leve alta de 0,4% nesta sexta-feira, após um tombo de 2,2% na quinta para uma mínima de quatro meses.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 14/04/2023

SP PREPARA PLANO DE LOGÍSTICA PARA AMPLIAR ESPAÇO DE FERROVIAS E HIDROVIAS

Informações: Governo do Estado de São Paulo (14 de abril de 2023)

Mais de duas décadas após o último plano voltado para a logística de São Paulo, o Estado – que detém um terço do PIB, da frota de veículos e das exportações do país – dá a largada na estruturação de um robusto planejamento para o setor. As diretrizes do Plano de Logística e Investimentos de São Paulo foram apresentadas, nesta quinta-feira (13), na Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil).

Entre as propostas a serem estudadas estão a otimização da matriz modal – para maior eficiência no transporte regional – a equidade no acesso ao transporte, a partir da redução das desigualdades regionais, e a melhoria do bem-estar da população, por meio da redução de emissões, tempos de viagem, custos logísticos e de acidentes. O plano será concluído em 2025.

“A logística olha muito a estrutura de redes, nós, gargalos, ofertas e demandas. Precisamos otimizar a nossa matriz, que sabemos ser desbalanceada. Este é um plano de Estado, que será construído com diálogo, característica deste governo”, afirmou a secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende, em alusão à diferença de participação de cada modo de transporte na matriz paulista. Dados mais recentes mostram concentração de 79,6% de participação no rodoviário, contra 12,6% em ferrovias e apenas 0,31% nas hidrovias.

“O investimento na melhoria da navegabilidade da hidrovía Tietê-Paraná é um exemplo de ação estruturante em andamento e, com a participação de todos, queremos chegar a um resultado dinâmico e consistente, com outras medidas de curto, médio e longo prazo”, acrescentou a secretária.

O novo plano também levará em consideração a estimativa de viagens rodoviárias no Estado, com 3 bilhões de deslocamentos registrados em 12 meses, pelo projeto Big Data, a partir de uma base de rastreamento de 24 milhões de usuários. O levantamento mostra, em mapas, onde se concentram os deslocamentos com diferentes categorias de veículos e de cargas, o que facilita a análise de gargalos e da desigualdade regional.

Outro estudo importante para embasar a elaboração do novo plano é o Inventário de Emissões do Transporte Regional, concluído este ano. Os dados revelam, por exemplo, o volume de emissões de poluentes pela frota de veículos, associando-o também à velocidade média desempenhada. Pelo estudo, o custo médio por tonelada de poluente emitido, hoje, é de R\$ 82,1.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 14/04/2023



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

GÁS PARA EMPREGAR TRAZ OPORTUNIDADE PARA PROJETO DE ESCOAMENTO DA ENP, DIZ FELIX

Empresa tenta viabilizar Hub GasinES, que pode trazer entre 15 milhões e 20 milhões de m³/dia para a costa

Por eptr 14 de abril de 2023 Em Mercado de gás, Política energética



CEO da EnP, Marcio Felix, diz que foco do governo em ampliar infraestrutura de gás representa uma chance para viabilizar o projeto Hub GasinES (Foto: Gustavo Costa)

MACEIÓ — O presidente da Energy Platform (EnP), Márcio Félix, vê nas discussões do programa Gás para Empregar uma nova oportunidade para viabilizar o projeto de integração das malhas de gasodutos offshore do Espírito Santo e Rio de Janeiro.

A EnP é dona de um projeto batizado Hub GasinES. O executivo estima ser possível trazer para a costa entre 15 milhões e 20 milhões de m³/dia.

O projeto prevê a instalação de Central de Operação e Distribuição (COD), uma jaqueta (estrutura metálica) que receberá gasodutos de diferentes produtores e poderá escoar, através de diferentes

conexões, gás para ser processado em unidades de tratamento, no Rio e Espírito Santo, existentes ou em fase de projeto.

A EnP mira a nova dinâmica do mercado de campos maduros offshore, que ganhou novos operadores com o avanço do programa de desinvestimentos da Petrobras na região.

“É um projeto mais estratégico e, com essas sinalizações do novo governo [de ampliar a infraestrutura de escoamento] é possível a gente sonhar e acelerar esse projeto”, afirmou Felix, em entrevista exclusiva ao estúdio epbr, na Onshore Week 2023.

EnP mira comercialização de gás

Felix também comentou sobre os planos da EnP para comercialização de gás natural.

A companhia é sócia da Imetame no bloco TUC-T-139, na Bacia Tucano Sul. O ativo abriga a descoberta de Abundância, atualmente em fase de teste de longa duração (TLD).

A operação tem produzido 40 mil m³/dia e o consórcio avalia as oportunidades de comercialização da molécula. Durante o TLD, o gás foi vendido à CDGN

O plano é concluir o TLD entre maio e junho e, em seguida, declarar a comercialidade do campo.

“Estamos conversando com atores para comercialização desse gás”, completou.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 14/04/2023

PETROBRAS: COMITÊ INDICA VETO À NOMEAÇÃO DE EFRAIN DA CRUZ PARA CONSELHO

Renúncia de cargo no MME resolveria conflitos; veto deve ser mantido nesta sexta (14/4)

Por Gustavo Gaudarde e Larissa Fafá 14 de abril de 2023 Em Petróleo e gás, Política energética

O comitê interno da Petrobras opinou pelo veto à nomeação de Efrain da Cruz, secretário executivo de Minas e Energia (MME), para o conselho da Petrobras.

Outra indicação pendente de análise, de Eugênio Teixeira, foi aprovada com ressalvas envolvendo empresas do executivo e de familiares.

O resultado da análise está na pauta do conselho da empresa nesta sexta (14/4), que deve considerar Efrain da Cruz inelegível. Por fim, a assembleia de acionistas é soberana e poderá confirmar a nomeação em 27 de abril.



Efrain da Cruz, ex-diretor da Aneel e secretário-executivo de Minas e Energia (Gilma Félix/Aneel)

A renúncia ao cargo de secretário executivo encerraria os conflitos. Pelo estatuto da companhia, é preciso ter vínculo permanente com o serviço público para acumular funções comissionadas e na administração da companhia.

Efrain da Cruz não é servidor e portanto, teria que optar pelo ministério ou conselho da Petrobras. Essas informações foram antecipadas pelo político epbr em 16 de março.

Esse veto era legal, previsto na Lei das Estatais, que se encontra parcialmente derrubada por uma liminar do ministro Ricardo Lewandowski, no Supremo Tribunal Federal (STF), e com julgamento paralisado. Uma mudança na corte poderia alterar o curso das indicações.

É o mesmo caso do ex-ministro Sergio Machado Rezende, um quadro do PSB e dirigente do partido até março deste ano. A Lei das Estatais exige uma quarentena de 36 meses nesses casos, o que foi considerado inconstitucional por Lewandowski.

O jurídico da Petrobras, contudo, entende que o estatuto se sobrepõe – mesmo considerando que a norma interna da Petrobras tenha sido baseada na lei parcialmente derrubada pelo STF.

“(…) Em que pese a referência à artigos da Lei nº 13.303/2016 e à Política de Indicação da Petrobras (…), o fundamento de eventuais vedações a indicações dos candidatos é o Estatuto Social”, diz a ata do comitê publicada nesta quinta (13/4).

Essa insegurança – o estatuto, a lei e a liminar – é apontada por fontes ouvidas pela epbr como um fator de risco para administradores da companhia, o que reforça a tendência de veto ao nome de Efrain da Cruz pelo conselho.

E, politicamente, há o reconhecimento do desgaste provocado pela insistência com nomeações contestadas pela governança da companhia. A leitura de alguns quadros da companhia é que passada a transição, o assunto tende a arrefecer. Como ocorreu, inclusive, no governo Bolsonaro.

A responsabilidade recai, portanto, aos acionistas e, em última análise à União, sócia majoritária da Petrobras. E o governo Lula tem precedentes, tendo em vista que ano passado, dois conselheiros “inelegíveis” foram nomeados por indicação do MME de Jair Bolsonaro (PL)

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) vem paulatinamente se envolvendo nas nomeações ao conselho: há um processo em curso envolvendo as nomeações de conselheiros de indicados no governo Bolsonaro (PL), Jonathas de Castro e Ricardo Soriano de Alencar.

Nesta quinta (12/4), uma área do órgão se manifestou contra a indicação do secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Pietro Mendes; e do próprio Sérgio Rezende.

Os candidatos podem ser eleitos mesmo com parecer contrário da CVM, que na prática replica as análises internas da Petrobras.

Controvérsia na relação entre MME e Petrobras

Outro veto à Efrain da Cruz remete ao caso de Pietro Mendes: os secretários do ministério de Minas e Energia (MME) estariam conflitados, seja por propostas de políticas que afetam os negócios da Petrobras ou por acesso a informações privilegiadas da companhia.

Como fez no caso de Mendes, a conselheira Iêda Cagni manifestou não ver um conflito permanente no exercício de cargos no MME. Ela “ratificou o seu entendimento que não vislumbra conflito de interesse no caso, dado que os interesses em questão são convergentes e não conflitantes”.

Iêda Cagni, Jonathas de Castro e Ricardo de Alencar foram favoráveis à indicação de Pietro Mendes. Outros quatro votaram contra.

“(…) O que não afasta o dever de o indicado, caso assuma a posição pretendida, como qualquer outro membro do conselho (…), se declarar conflitado diante de alguma situação concreta e específica”, registra o comitê na análise feita para Efrain da Cruz.

Outra pendência é Vitor Saback, nomeado secretário de Mineração do MME, após o conselho da Petrobras validar sua indicação.

Antes, ele era diretor da Agência Nacional de Águas (ANA) e a governança da Petrobras entendeu que não caberia a restrição a membros de agências reguladoras.

Indicado na cota do ministro Silveira, Eugênio Teixeira é um empresário com atuação no ramo financeiro, de marketing e serviços. Foi sócio do ex-vice-governador de Minas Gerais, Clésio Andrade, que fez carreira política no MDB – fatos que desagradaram setores do PT.

Para assumir o conselho da Petrobras, as ressalvas do comitê dizem respeito apenas ETC Treinamento Empresarial e ETX Participações e Intermediações de Negócios, empresas de Teixeira que não poderão “prestar serviços, direta ou indiretamente, à Petrobras e suas participações societárias, além de fornecedores, clientes e seus concorrentes”.

A recomendação aplica-se a empresas administradas por ou com familiares do executivo no quadro societário.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 14/04/2023

PREÇO DO GÁS PARA DISTRIBUIDORAS DEVE CAIR, ESTIMA GAS ENERGY

Em fevereiro, a Petrobras já havia reduzido em 11,1%, na média, os preços do gás

Por epbr 14 de abril de 2023 Em Comece seu Dia, Mercados, Newsletter, Petróleo e gás



Dutos da unidade de processamento de gás natural no pólo industrial de Guamaré, no Rio Grande do Norte (Foto: Giovanni Sérgio/Agência Petrobras)

Você vai ver aqui: preço do gás natural para as distribuidoras deve cair; mais no Nordeste, com a concorrência. Petrobras reúne conselho para votar indicação de secretário do MME

O preço do gás natural vendido pela Petrobras às distribuidoras estaduais deve cair 9,4%, na média, a partir de maio, no ajuste trimestral previsto nos contratos, estima a Gas Energy.

A consultoria alerta, contudo, que a redução dos custos das concessionárias com a aquisição do gás pode ser menor, uma vez que as tarifas de transporte também devem ser reajustadas, com base na inflação.

– Em fevereiro, a Petrobras já havia reduzido em 11,1%, na média, os preços do gás. A Gas Energy destaca que, apesar do alívio nos preços nacionais, este ano, eles ainda continuam acima dos patamares pré-pandemia.

Esse é o preço do gás para a distribuição. A tarifa para os consumidores depende dos reajustes em cada estado, nem sempre é imediato ou repassado integralmente.

A Gas Energy estima uma redução mais significativa em 2024. A cotação do óleo ainda é o indexador dominante nas fórmulas contratuais da empresa – e, de uma forma geral, dos demais fornecedores privados.

– E a Petrobras deve continuar praticando valores mais altos que a concorrência no Nordeste, onde o mercado é mais disputado. A consultoria calcula que, na região, os preços da petroleira brasileira devem cair para R\$ 1,76/m³ – ante a média de R\$ 1,55/m³ dos fornecedores privados.

No Sudeste, Petrobras deve se manter mais competitiva que os supridores privados, com um preço médio de R\$ 1,88/m³, frente à média de R\$ 2,03/m³ da (baixa) concorrência.



Metodologia: a Gas Energy calcula o preço médio dos fornecedores a partir da média ponderada dos contratos pelo volume para cada estado. A média regional é calculada, então, pela média aritmética simples entre os estados.

Preços do petróleo devem pressionar o gás no 2º semestre A Wood Mackenzie estima que, se o mundo não entrar numa recessão significativa, o aumento da demanda deve trazer um equilíbrio do mercado no final do ano. Os cortes adicionais da OPEP + antecipariam, assim, o aperto antes previsto para o terceiro trimestre. O Brent deve subir para US\$ 94 o barril no terceiro trimestre e se manter nesse nível até o quarto trimestre.

– Nesta quinta, o Brent para junho cedeu 1,42%, a US\$ 86,09 o barril, pressionado pela realização de lucros no mercado futuro após a forte alta das últimas semanas. A queda do dólar no exterior e a perspectiva de aperto da oferta global não foram suficientes para colocar o petróleo em território positivo ao fim da sessão. (Valor)

Cortes da oferta vão aumentar déficit de petróleo, segundo Opep Os mercados globais podem ficar com oferta insuficiente de cerca de 2 milhões de barris/dia no quarto trimestre como resultado das reduções anunciadas pela Arábia Saudita e parceiros, segundo dados de um relatório da Organização dos Países Exportadores de Petróleo. (Bloomberg)

Guiana adia leilão de áreas offshore País sulamericano postergou, de maio para meados de julho, a rodada de licitação de 14 blocos exploratórios em águas rasas e profundas. Foi uma resposta das autoridades locais à reação da indústria aos termos preliminares do leilão. O governo espera aumentar significativamente a participação governamental em sua crescente produção de petróleo. (Reuters)

Novo ciclo da Oferta Permanente de Concessão este ano A diretora da ANP, Symone Araújo, acredita ser possível realizar em 2023 o 4º Ciclo da OP – regime de contratação sob demanda. Ela preferiu, contudo, não fazer previsões sobre o próximo ciclo sob o regime de partilha. (epbr)

Petrobras retoma produção de mais um campo no Polo Bahia Terra Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) autorizou o retorno das operações do campo de Fazenda Bálsamo – que, somado às instalações já liberadas pelo regulador, permitirá o reestabelecimento de 36% da produção total do Polo.

– A ANP paralisou a operação do Polo Bahia Terra no fim de 2022 após fiscalização identificar problemas de integridade. A Petrobras, no governo de Jair Bolsonaro (PL), colocou o polo à venda e já havia recebido propostas de um consórcio formado por Eneva e PetroReconcavo. As negociações foram suspensas e o desinvestimento está sob revisão.

O comitê interno da Petrobras opinou pelo veto à nomeação de Efrain da Cruz, secretário executivo de Minas e Energia (MME), para o conselho da Petrobras. O resultado da análise está na pauta do conselho da empresa nesta sexta (14/4), que deve considerar Efrain da Cruz inelegível. Por fim, a assembleia de acionistas é soberana e poderá confirmar a nomeação em 27 de abril (epbr).

Candidatos ao conselho da Petrobras podem ser eleitos mesmo com parecer contrário da CVM Ex-ministro Sergio Machado Rezende e o secretário Pietro Mendes podem ser eleitos para vagas no conselho de administração, na assembleia de acionistas de 27 de abril, mesmo com o parecer contrário da Comissão de Valores Mobiliários. O governo de Jair Bolsonaro (PL), inclusive, abriu um precedente com a eleição de dois conselheiros nessa mesma situação em agosto de 2022. (epbr)

Origem espera obter, nesta sexta, aval da ANP para estocagem Companhia incluiu, no novo plano de desenvolvimento do campo de Pilar (AL), o seu projeto de estocagem subterrânea de gás. A autorização para o projeto será analisada pelo regulador, junto com a avaliação do PD. (epbr)

... e planeja ampliação da UPGN em 2024. O CEO da Origem, Luiz Felipe Coutinho, disse que a unidade de processamento de Pilar está chegando ao seu limite e não dará conta da curva de

crescimento da produção prevista no Polo Alagoas. A UPGN possui capacidade de 1,8 milhão de m³/dia. (epbr)

Na gas week: Nasce um novo mercado: o comércio bilateral de gás entre produtores. Fornecedores privados tem, aos poucos, apostado em acordos flexíveis de compra e venda com concorrentes — e nesse caso também parceiros — que lhes permitem ajustar seus respectivos portfólios de suprimento.

Shell e Senai Cimatec apostam na bioenergia do agave no sertão. Nova fase do programa Brave quer transformar a agave — aquela suculenta gigante usada na produção de tequila — na “cana de açúcar do sertão”. E produzir etanol, biogás e outros bioprodutos, em um conceito de biorrefinarias, com captura e armazenamento de carbono no solo. (epbr)

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 14/04/2023



JORNAL O GLOBO – RJ

ALÉM DE FUNDEB E PISO DA ENFERMAGEM: ARCABOUÇO TERÁ OUTRAS EXCEÇÕES; VEJA QUAIS

Despesas com projetos socioambientais ou relativos às mudanças climáticas custeadas com recursos de doações também ficarão fora da regra

Por Manoel Ventura — Brasília



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad —Foto: Washington Costa/MF

A equipe econômica está fechando o texto final do arcabouço fiscal com poucas exceções, mas algumas despesas ficarão fora da regra fiscal, desenhada para controlar as contas públicas. O projeto de lei será apresentado ao Congresso na próxima semana.

Quando divulgou a regra, em março, o Ministério da Fazenda informou que gastos do Fundeb (fundo de financiamento da educação básica) e com a ajuda financeira para estados e municípios bancarem o piso da enfermagem ficarão fora da regra. Essas despesas são constitucionais e, para o governo, não poderiam ser incluídas nos limites do arcabouço fiscal.

Além desses gastos, despesas com projetos socioambientais ou relativos às mudanças climáticas custeadas com recursos de doações, bem como despesas com projetos custeados com recursos decorrentes de acordos judiciais ou extrajudiciais firmados em função de desastres ambientais ficarão fora do marco fiscal, de acordo com integrantes do governo.

Com isso, na prática, o Fundo Amazônia será uma exceção à regra geral. Despesas das instituições federais de ensino custeadas com receitas próprias, de doações ou de convênios também terão um tratamento diferenciado e serão exceção à norma.

Nos dois casos, o motivo para isso é que, na avaliação do governo, não faria sentido incluir na regra doações feitas com propósitos específicos ou receitas próprias de universidades. O impacto fiscal, de acordo com integrantes da Fazenda, é pequeno, mas isso faz diferença no dia a dia dos órgãos.

Essas despesas já haviam virado exceção ao teto de gastos por meio da chamada “PEC da Transição”, aprovada no fim do ano passado para aumentar em R\$ 169 bilhões os gastos públicos neste ano.

O teto de gastos também tem como exceção despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes do Tesouro. Porém, para passar uma sinalização de responsabilidade fiscal, o novo arcabouço não vai ter exceção para essas despesas. Ou seja, a capitalização de estatais deve ficar dentro da regra fiscal.

O novo arcabouço fiscal prevê que o crescimento real das despesas federais seja limitado a 70% do avanço da receita primária líquida observado nos 12 meses até junho do ano anterior. As despesas, porém, sempre crescerão entre 0,6% e 2,5% ao ano acima da inflação, mesmo se a arrecadação levar a percentuais maiores ou menores que isso.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 14/04/2023

CASA CIVIL DIZ QUE GOVERNO NÃO VAI RECUAR DO FIM DA ISENÇÃO NAS COMPRAS DIGITAIS

Apesar da pressão das redes sociais, pasta comandada por Rui Costa confirmou medida anunciada pela equipe econômica

Por Alice Cravo — Brasília



O ministro da Casa Civil, Rui Costa, durante evento de associação da indústria — Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

A Casa Civil afirmou nesta sexta-feira que o governo seguirá com o plano traçado pelo Ministério da Fazenda de acabar com a isenção de plataformas digitais como as asiáticas Shopee, Shein e AliExpress, entre outras. O plano da pasta é retirar, através de uma medida provisória (MP), a regra que isenta de impostos as compras internacionais entre pessoas físicas, com valor inferior a US\$ 50 (cerca de R\$ 250).

O vice-presidente e ministro do Comércio e Indústria, Geraldo Alckmin, também saiu em defesa do fim da isenção e afirmou que a "concorrência tem que ser leal".

Em entrevista à Rádio CBN, o ministro Rui Costa afirmou que o objetivo da medida é fazer com que as empresas que fazem comércio eletrônico permaneçam dentro das regras existentes. Por isso, enfatizou que não haverá edição de uma MP para a criação de novo imposto, mas para aumentar a fiscalização.

- Não se trata de uma nova lei, de uma nova MP, de um novo decreto, se trata apenas de fiscalização, para que todas as empresas que fazem comércio eletrônico continuem fazendo o comércio eletrônico dentro das normas existentes. Não se pretende editar uma nova norma. Apenas intensificar o processo de fiscalização para que todos cumpram a lei - disse.

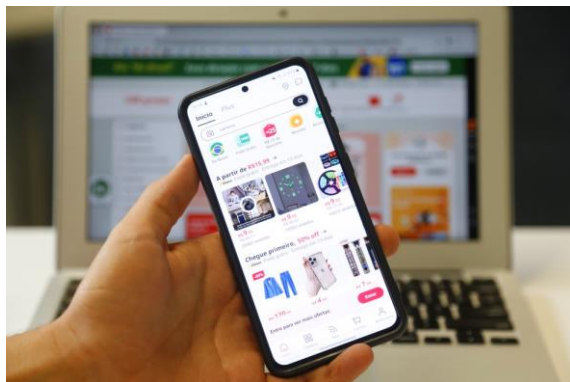
Ruído sobre MP

Após a entrevista, a Casa Civil emitiu nota afirmando que segue valendo a informação da Fazenda de que “haverá publicação de MP para reforçar o processo de fiscalização das compras on-line”. Questionada pelo GLOBO, a pasta afirmou que está alinhada com o fim da isenção defendido pela Fazenda.

“Durante entrevista à rádio CBN, nesta sexta-feira (14), o ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou que não haverá edição de Medida Provisória para criação de novo imposto sobre compras on-line. A

informação encaminhada à imprensa pelo Ministério da Fazenda na última quinta-feira (13), segue valendo e haverá publicação de MP para reforçar o processo de fiscalização das compras on-line", afirmou a Casa Civil por nota.

Na prática, o fim da isenção não significa a criação de um novo imposto, mas os produtos que antes não tinham nenhuma taxa até US\$ 50 terão o valor alterado a partir da incidência de impostos já existentes.



Com taxação, valores das compras em sites como Shein, Shopee e AliExpress podem dobrar — Foto: Fábio Rossi/Agência O Globo — Foto: Fábio Rossi/Agência O Globo

Falha de comunicação

O anúncio da medida levou a uma onda de críticas ao governo federal nas redes sociais. Isso levou a primeira dama, Janja da Silva, a justificar a medida nas redes sociais, alegando que não se trata de criação de imposto novo. No mesmo dia, a Fazenda também soltou nota para dizer que "nunca existiu isenção de

US\$ 50 para compras on-line do exterior".

"Portanto, não faz sentido afirmar que se pretende acabar com o que não existe. Nada muda para o comprador e para o vendedor on-line que atua na legalidade. O que o Ministério da Fazenda pretende fazer é reforçar a fiscalização. A partir da medida provisória, o exportador vai ter que prestar declaração antecipada com dados do exportador e de quem compra, além do produto", disse a pasta.

A Fazenda informou que a isenção de impostos até o limite de US\$ 50 que está em vigor hoje só se aplica para envio de pessoa física para pessoa física. "Se, com base nele, empresas estiverem fracionando as compras, e se fazendo passar por pessoas físicas, estão agindo ilegalmente", afirma a nota.

Com a mudança, não haverá mais distinção na tributação entre encomendas de pessoas físicas e jurídicas.

Após o episódio, a avaliação do governo é que iniciativas com impacto em grande parte da população deveria passar pela Secretaria de Comunicação Social (Secom) antes de vir a público.

Sonegação de impostos

Haddad tem enfatizado que o esforço do governo será para combater o que considera sonegação de impostos de plataformas que vendem produtos importados no Brasil pela internet. Na lista de potencial impacto estão as asiáticas Shopee, Shein e AliExpress, entre outras.

O objetivo do governo é reduzir a concorrência que considera desleal em relação às varejistas brasileiras, que empregam e pagam impostos no país. Também busca aumentar a arrecadação como forma de viabilizar o novo arcabouço fiscal.

Pelas regras de hoje, uma pessoa física no Brasil pode comprar algo de outra pessoa física no exterior sem pagar impostos se o valor for abaixo de US\$ 50.

A Receita Federal avalia, porém, que empresas de outros países estariam vendendo a brasileiros ilegalmente por esse sistema. Outra possível fraude seria declarar o bem por valor inferior, ficando dentro do limite de US\$ 50.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 14/04/2023

BNDES FECHA EMPRÉSTIMO DE US\$ 1,3 BILHÃO COM BANCO DE DESENVOLVIMENTO CHINÊS

O objetivo, segundo o presidente da instituição, Aloizio Mercadante, é diversificar as fontes de recurso do banco para ampliar linhas de financiamento no Brasil

Por O Globo — Rio de Janeiro



Aloizio Mercadante acompanha Lula em viagem à China – Foto : Gabriel Paiva/ foto de arquivo

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) assinou um acordo para captação de até US\$ 1,3 bilhão com a instituição de fomento China Development Bank (CDB). O objetivo é abrir novas oportunidades de captação de recursos para que o BNDES possa ampliar projetos e criar novas linhas de crédito para empresas privadas e entes públicos.

O anúncio foi feito pelo presidente do banco, Aloizio Mercadante, em Pequim, onde está acompanhando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em visita oficial diplomática.

Segundo ele, o acordo só foi possível porque, em sua visão, o Brasil está voltando a ter protagonismo no mundo. Para Mercadante, a medida pode contribuir para geração de emprego e renda no país.

Ficou estabelecido que US\$ 800 milhões do valor total serão destinados a investimentos de longo prazo, com até dez anos, que costumam ser "um gargalo para o desenvolvimento do país", segundo o presidente do banco.

O foco serão financiamentos em projetos de infraestrutura, energia, manufatura, petróleo e gás, agricultura, mineração, saneamento, agenda ESG (ambiental, social e de governança), mudança climática e desenvolvimento verde, prevenção a epidemias, economia digital, alta tecnologia, gestão municipal e outros segmentos no Brasil.

Já os outros US\$ 500 milhões serão aplicados em linhas de curto prazo, de três anos, a fim de apoiar outras frentes de financiamento e operações que promovam o comércio bilateral entre China e Brasil, por exemplo.

Não é de hoje que os bancos têm relacionamento. Em 2007, a captação de US\$ 750 milhões pelo BNDES, por meio de contrato de empréstimo externo, para financiar construção do Gasoduto Sudeste-Nordeste marcou o início da parceria. Nos anos seguintes, as instituições assinaram acordos de cooperação para projetos com potencial de interesse mútuo entre China e Brasil.

O país asiático se tornou, ao longo dos últimos anos, o maior parceiro comercial do Brasil. A China também lidera o fluxo de investimentos estrangeiros diretos no país.

Durante a sua gestão no BNDES, Mercadante quer "acelerar os investimentos em setores estratégicos como transição energética, mobilidade urbana e infraestrutura".

Fonte: O Globo - RJ

Data: 14/04/2023

LDO ENCAMINHADA AO CONGRESSO TERÁ TETO DE GASTOS COMO PARÂMETRO, DIZ TEBET

Segundo ministra, texto terá "indicativos de condicionantes" para o caso de arcabouço fiscal ser aprovado depois

Por Bianca Gomes — São Paulo



A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, participa do lançamento da Agenda Brasil 2024, organizado pelo Movimento Brasil Competitivo, no auditório da Fundação Getúlio Vargas 9 de Julho —Foto: Rovená Rosa/Agência Brasil

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet (MDB), disse que o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que será publicado no Diário Oficial da União nesta sexta-feira, seguirá os parâmetros do teto de gastos, regra fiscal vigente no país.

Durante evento em São Paulo, na FGV, Tebet explicou que o texto terá “indicativos de condicionantes” para o caso de o novo arcabouço fiscal ser aprovado pelo Congresso. Segundo a ministra, as novas regras orçamentárias devem ser encaminhadas ao Legislativo já na próxima segunda ou terça-feira.

— É importante (ter como base a atual regra) porque mostra efetivamente que o teto de gastos, de tanto que foi furado e pelo fato de não ter vindo acompanhado no momento certo da reforma tributária, já ruiu, caiu em cima da nossa casa e está arrastando o Brasil — disse a ministra, que ainda alertou.

— Se o teto de gastos permanecer no ano de 2024, ele compromete as despesas e políticas públicas no Brasil, a ponto de nós praticamente zerarmos os recursos para as chamadas despesas discricionárias.

Tebet afirmou que a LDO trará parâmetros e indicadores com base no teto e também falará do resultado primário total e das despesas tendo a regra atual como referência. Segundo ela, o projeto vai “assustar”.

— Números são números, e a LDO vem com aquilo que o nosso governo tem de ativo, que é a transparência. A LDO vai mostrar o Brasil real, o Brasil que nós temos em relação às contas públicas. E, sim, vai assustar. Vai mostrar que não tem espaço fiscal para absolutamente nada de novo e, ao contrário, teríamos que tirar de despesas discricionárias — declarou ela em entrevista coletiva após o evento.

O projeto da LDO será publicado no Diário Oficial ainda nesta sexta-feira, possivelmente em edição extra. Segundo a ministra, o texto virá com indicativos de condicionantes para o caso de aprovação do novo arcabouço fiscal pelo Congresso.

Tebet afirmou que o projeto da LDO já traz previsão de salário mínimo, mas não adiantou as estimativas.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 14/04/2023

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

POR DENTRO DO TREM-BALA CHINÊS: CONHEÇA A REDE DE ALTA VELOCIDADE QUE PODE OPERAR NO BRASIL EM 2032

Estadão viaja de Pequim a Xangai a bordo de veículo a 350 km/h; China tem a maior rede de trilhos de alta velocidade do mundo e serve de modelo; veja vídeo

Por Felipe Frazão

ENVIADO ESPECIAL A PEQUIM E XANGAI - Se fosse um cidadão comum e não tivesse um avião oficial a sua disposição, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva poderia escolher entre dois modais concorrentes para cruzar os 1.300 quilômetros que separam as metrópoles de Xangai e Pequim, durante sua passagem pela China. Lula decolou para cumprir o percurso em duas horas. A reportagem do Estadão embarcou no trem-bala, numa das linhas mais concorridas da rede de trilhos chinesa que serve de modelo para o mundo e para o Brasil.

De trem, que alcança até 350 km/h, o mesmo trajeto dura 4h27min. Só que dispensa a chegada com ao menos uma hora de antecedência ao aeroporto, complicações com despacho de bagagem, inspeção em raio-x, filas pré-embarque e atrasos frequentes no setor aéreo chinês.

Uma das principais conveniências do trem-bala na China é a extrema pontualidade. Além de permitir o desembarque/embarque conectado com outros aeroportos, como Hongqiao, em Xangai, e estações de metrô e ônibus, como a estação de Pequim, localizada numa região central da capital chinesa.



Assista aqui : <https://youtu.be/lxuyOnzc69g>

Desde que a primeira linha de alta velocidade entre cidades foi inaugurada, em julho de 2008, a rede operada pela estatal China Railway atraiu cada vez mais passageiros, concorrendo diretamente com clientes das companhias aéreas, e não parou de se expandir num ritmo chinês.

malha total do país tem 42.000 quilômetros de extensão, a maior do mundo. E os planos já anunciados do governo comunista preveem como meta uma ampliação constante até atingir 70.000 quilômetros em 2035.

Foram agregados mais 2.082 quilômetros de trilhos de alta velocidade no ano passado. A

O Estadão embarcou numa manhã de domingo, às 9h, num trem de classe G. Ele oferece três categorias de assento, separadas por vagões: a classe executiva, a primeira-classe e a segunda-classe. Os preços variam de R\$ 400 a R\$ 1.800. A diferença está na disposição das poltronas, no conforto oferecido e no serviço de bordo.

O esquema lembra o padrão de disposição de aviões comerciais, mas com mais espaço entre as poltronas e comodidades, como assentos mais largos, com mais área para as pernas, e reclináveis, a depender da classe escolhida. A reportagem viajou na primeira-classe.

Passageiros em vagão de trem-bala na estação de Shanghai Hongqiao, conectada a um aeroporto, na China Foto: Felipe Frazão/Estadão



Não houve atraso na partida (de Xangai Hongqiao), nas duas paradas no caminho (as estações Nanquim Sul e Jinan Oeste) ou na chegada (em Pequim Sul). E a viagem é extremamente silenciosa, diferentemente dos trens comuns.

No terceiro mandato de Lula, os planos de lançar uma ligação de alta velocidade entre as principais cidades do País, Rio e São Paulo, ressurgiram. Agora, em vez de ter participação direta do Estado, como na China e como previsto em tentativas anteriores, a empreitada será totalmente privada, um desafio para quem planeja arrecadar R\$ 50 bilhões para colocar no projeto.



Passageiros viajam em vagão da primeira classe no trem-bala da China, em viagem de Xangai a Pequim Foto: Felipe Frazão

Esse é o valor estimado pela TAV Brasil, empresa liderada pelo executivo Bernardo Figueiredo, que recebeu em fevereiro a autorização da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) para construir e explorar o trem-bala entre Rio e São Paulo por 99 anos.

Figueiredo presidiu a antiga estatal EPL (Empresa de Planejamento e Logística), criada para tocar o projeto do trem-bala, que deixou de ser prioridade para o governo Dilma Rousseff, em 2014, quando as licitações haviam fracassado e já não havia tempo hábil para colocar trechos em operação para a Copa do Mundo ou as Olimpíadas de 2016.

Chineses embarcam na estação de trem de Hongqiao, em Xangai Foto: Felipe Frazão

Dessa vez, o governo Lula já avisou e reiterou que não tem interesse em participar do projeto. A ideia de relançar o trem-bala continua a ter percalços a superar como etapas de licenciamento ambiental, desapropriações e busca por investidores estrangeiros. Uma das possibilidades é atrair dinheiro dos chineses.



O traçado caiu pela metade. Em vez de oito paradas, serão somente quatro, entre Rio de Janeiro e São Paulo. Haverá uma estação em Volta Redonda e outra em São José dos Campos. O tramo (seção de uma ferrovia) a Campinas também deixou de existir.

Agora, além disso, não irá chegar aos bairros das capitais, mas se ligar a estações terminais das companhias de trens urbanos dos dois Estados, a Supervia e a CPTM ou o Metrô. No Rio, o trajeto no trem de alta velocidade se encerraria em Santa Cruz, na Zona Oeste. Em São Paulo, em Pirituba, Zona Norte. Essa mudança pode tornar a viagem menos atraente aos passageiros que costumam usar a ponte aérea e desembarcam no Santos Dumont ou em Congonhas, aeroportos centrais.

A ideia da TAV Brasil é lançar um novo traçado de 378 km, sem aproveitar nenhum trilho pré-existente. Circulando a 350 km/h, como na China, o percurso poderia ser feito em viagens de 1h30.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 14/04/2023

‘NÃO CONHEÇO A SHEIN’, DIZ HADDAD NA CHINA, SOBRE TAXAÇÃO DE IMPORTADOS NO E-COMMERCE

Ministro da Fazenda afirmou que só conhece a Amazon, onde compra livros; segundo Haddad, isonomia na concorrência é melhor para o consumidor e não há planos de aumentar impostos

Por Redação

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou a jornalistas na China na quinta-feira, 13, que não conhece a gigante chinesa do e-commerce Shein. Haddad acompanha a visita oficial de Lula ao país asiático e foi questionado pelo portal Metrôpoles sobre o que poderia mudar para clientes da empresa com o fim da isenção para compras internacionais de até US\$ 50, válida somente para transações entre pessoas físicas.

“Não muda nada. Vocês falam da Shein como se eu conhecesse, eu não conheço a Shein. O único portal que eu conheço é o da Amazon, que eu compro todo dia, um livro pelo menos”, afirmou o ministro.

Haddad também voltou a defender que o Estado tem que garantir a regulação para todas as empresas, com igualdade de tratamento para brasileiras e estrangeiras. “O que eu digo é o seguinte: quando você faz as coisas às claras, não tem problema. Se uma sobe o preço, a outra baixa, entendeu. Você vai ter concorrência em condições de igualdade”, afirmou.

O ministro ainda apontou que uma empresa “dessas grandes” do setor procurou o governo para dizer que quer se regularizar, para não parecer diante da opinião pública e do próprio governo que estaria se valendo de um artifício para ampliar sua participação de mercado. Ele não revelou qual seria a empresa.

Fim da isenção

Segundo o governo, plataformas estrangeiras de e-commerces, como os gigantes asiáticos Shein, Shopee e Aliexpress, estariam se utilizando ilegalmente da isenção de impostos para compras internacionais de até US\$ 50, que é exclusiva para pessoas físicas, para driblar a tributação devida no País. Elas estariam enviando as encomendas como se o remetente fosse uma pessoa física, e não uma empresa, além de dividir um mesmo pedido em vários pacotes menores, a fim de não ultrapassar a faixa de isenção.

O fim da isenção, portanto, segundo a Receita Federal, não significa a criação de um novo tributo para essas varejistas, mas sim uma tentativa de combater a sonegação de impostos do comércio eletrônico, uma vez que as compras por meio dessas plataformas já estão sujeitas por lei ao imposto de importação. O ministério estima que o cerco à sonegação de e-commerces estrangeiros deve render entre R\$ 7 bilhões e R\$ 8 bilhões aos cofres públicos.



Escritório da Shein em Cingapura; Haddad afirmou desconhecer gigante do e-commerce. Foto: Chen Lin/Reuters

Em entrevista à Globonews, também na quinta-feira, 13, Haddad apontou que há muita “confusão” e “desinformação” sobre o assunto, mas que não há planos de aumentar impostos. “Ninguém está pensando em aumentar imposto. O que está se reclamando por parte de algumas empresas é que está havendo uma espécie de concorrência desleal por alguns sites, não de todos. Isso está sendo investigado e pode ser coibido”, disse.

“O melhor que pode acontecer para o consumidor e para a economia brasileira do ponto de vista de emprego, de oportunidades, de direitos sociais e trabalhistas, é uma isonomia na concorrência. Você tem que ter igualdade de condições de concorrência. Quando não há, prejudica muito a economia”, concluiu o ministro.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 14/04/2023

PETROBRAS REPROVA 3ª INDICAÇÃO AO CONSELHO E AUMENTA PRESSÃO SOBRE MINISTÉRIO; LISTA DEVE AUMENTAR

Advogado Renato Campos Galuppo teve nome rejeitado nesta sexta-feira devido a proibições previstas na Lei das Estatais; governo tende a chegar na assembleia de acionistas com opções restritas

Por Gabriel Vasconcelos e Denise Luna

RIO - O Conselho de Administração da Petrobras reprovou nesta sexta-feira, 14, um terceiro indicado do governo à futura formação do colegiado, apurou o Estadão/Broadcast. O reprovado da vez foi o advogado Renato Campos Galuppo, informaram três fontes com conhecimento do assunto.

Com um leque cada vez menor de indicados avalizados pela estatal, o governo tende a chegar na assembleia de acionistas do dia 27 com opções restritas e pressionado a indicar nomes considerados “estepes” das indicações desejadas inicialmente. A outra opção ao governo Lula será ignorar a governança da Petrobras, a exemplo do que fez o governo Jair Bolsonaro (PL) em meados de 2022.

Já a indicação ao CA da estatal do atual secretário do Ministério de Minas e Energia (MME), Efraim Cruz, não foi analisada na reunião de desta sexta-feira, que ocorreu entre 8h30 e o início da tarde.

Rejeitado, Galuppo se junta a outros dois reprovados pelo Comitê de Pessoas e pelo Conselho de Administração: o atual secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia, Pietro Mendes, e o físico Sergio Rezende, que foi considerado líder partidário do PSB. Ambas as indicações são proibidas pela Lei das Estatais porque caracterizam conflito de interesses. A lei é reproduzida no Estatuto da Petrobras.



Lula ao lado do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira; governo tem tido dificuldade na aprovação dos indicados para a Petrobras Foto: WILTON JUNIOR / ESTADÃO

Se a indicação de Efraim Cruz também for reprovada pelo Conselho, o que é provável, a lista de rejeitados pela governança da Petrobras vai chegar a quatro da lista de oito indicados pela União prioritariamente e três em caráter de reserva - 11 no total. O cenário aumenta a pressão sobre o governo e, especialmente, sobre o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD),

de quem veio a maior parte das indicações rejeitadas (exceto Sergio Rezende).

Como a decisão da assembleia de acionistas do próximo dia 27 de abril, que vai eleger o novo Conselho, é soberana aos pareceres da área técnica da Petrobras, do Cope, e à decisão do CA, o governo tem, na prática, espaço para passar por cima dessas rejeições. E, mesmo que opte por não insistir nos nomes rejeitados, ainda tem sete potenciais aprovados para ocupar as seis vagas que cabem à União no colegiado. Outras quatro são dominadas por acionistas minoritários privados e uma última é ocupada pela representante dos funcionários, Rosângela Buzanelli.

Filme repetido

Foi exatamente o que fez o governo anterior, de Jair Bolsonaro (PL), que bancou dois conselheiros considerados inelegíveis pela empresa: o procurador-geral da Fazenda Nacional, Ricardo Soriano, e o então secretário executivo da Casa Civil de Ciro Nogueira (PP), Jonathas Assunção. Ambos integram atualmente o conselho de administração da Petrobras e têm sido voto vencido nas decisões que têm reprovados indicados em condições análogas às suas no passado, conforme verificou o Estadão/Broadcast em atas de reuniões passadas.

Se o governo do presidente Lula, por meio do MME, repetir Bolsonaro, vai alarmar investidores e grupos de acionistas, além se desgastar ainda mais publicamente em área considerada sensível - a administração da Petrobras - com somente quatro meses de mandato.

Acrescenta à fervura uma análise da área técnica da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), endossando as reprovações de indicados, enviada à Petrobras na forma de ofício essa semana. Segundo advogados ouvidos pelo Estadão/Broadcast, a ação da CVM não deve ter efeito prático no curto prazo, mas permite alertar aos agentes do mercado de capitais sobre a repetição de desvios na governança da empresa.

‘Caso Galuppo’

Galuppo estava nessa lista de reservas, que seriam apontados ao CA pelo governo caso as indicações prioritárias apresentassem problemas. A estratégia, inédita, foi informada em ofício enviado pelo MME à Petrobras.

Segundo apurou o Estadão/Broadcast, Galuppo foi reprovado por dois motivos: primeiro, porque integrava o diretório do Solidariedade há menos de 36 meses, o que é vedado pelo texto da Lei das Estatais e pelo Estatuto da Petrobras, que reproduz a lei. Depois, informou uma fonte, porque o advogado especializado em direito penal não teria experiência comprovada no setor de energia ou administração pública ou de empresas. Galuppo foi assessor jurídico na Câmara dos Deputados entre 2007 e 2021, onde também teria prestado serviços a outros partidos, como o PT.

Apesar da reprovação de Galuppo, a indicação da advogada Anelize de Almeida, que também estava na lista de reservas da Petrobras. Ela é especializada em direito público e administração pública (FGV) e é mestre em política pública pela Universidade de Oxford, no Reino Unido.

‘Caso Efraim’

Como informou o Estadão/Broadcast, Cruz foi rejeitado pelo Comitê de Pessoas do Conselho (Cope) algumas semanas atrás, por ter cargo direto no governo, o que poderia configurar conflito de interesses com uma atuação paralela na Petrobras. A proibição está na Lei das Estatais (13.303).

A análise do nome de Efraim era a mais aguardada pelo mercado. As chances de a reprovação ser mantida pelos conselheiros ainda são grandes, segundo uma fonte, visto que o também indicado e atual secretário de Petróleo e Gás do MME, Pietro Mendes, já foi reprovado no Cope e, depois, pelo Conselho. Ao todo, sete conselheiros têm votado a respeito das indicações ao CA, já que uma parte dos 11 integrantes do colegiado está indicada para serem reconduzidos ao colegiado e pelo menos um deles está licenciado.

Reprovação no Conselho Fiscal

Menos visado politicamente, o Conselho Fiscal também teve uma indicação rejeitada pelo Conselho de Administração na reunião de hoje. Foi o caso da delegada da Polícia Federal (PF) Cristina Camatta, que atualmente chefia a Comunicação Social da Superintendência da PF em Minas Gerais. Segundo uma fonte, mais uma vez, pesou a falta de experiência correlata às atividades ou funcionamento da Petrobras.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 14/04/2023

TAXAÇÃO DE ENCOMENDAS INTERNACIONAIS PODE AFETAR SETOR DE GALPÕES LOGÍSTICOS

Varejistas asiáticas como Shein, Shopee e Alibaba demandaram esse tipo de imóvel nos últimos anos e tinham potencial para crescimento

Por Circe Bonatelli

A decisão do governo federal de combater o comércio ilegal de mercadorias e acabar com a isenção de imposto para encomendas internacionais deve respingar no setor de galpões logísticos. Isso porque varejistas asiáticas impactadas pelo cerco, como Shein, Shopee, Alibaba e Shopper, por exemplo, foram algumas das maiores demandantes desse tipo de imóvel nos últimos anos e tinham potencial para mais crescimento.



A decisão do governo federal de combater o comércio ilegal de mercadorias deve respingar no setor de galpões logísticos

A decisão do governo federal de combater o comércio ilegal de mercadorias deve respingar no setor de galpões logísticos Foto: Yuichi Yamazaki/AFP

“Se realmente essa taxação for concretizada, incorrerá em aumento de custos para essas empresas. Por consequência, pode acabar afetando toda a cadeia, incluindo as ocupações em imóveis”, avalia a diretora de pesquisa da consultoria Newmark, Mariana Hanania. “É possível que eventuais planos de expansão sejam brecados, ou aconteçam até futuras devoluções de áreas”.

O sócio responsável pela área de logística da gestora Cy Capital, Bruno Ackermann, também estima que haverá algum impacto sobre o setor, embora ainda seja difícil de medir. “O meu feeling é que vai ter alguma perda de dinamismo, e as varejistas asiáticas vinham buscando espaço. Isso afeta as próprias varejistas bem como as empresas terceirizadas de logística que as atendem”, aponta.

De acordo com pesquisa da consultoria imobiliária Siila, a Shopee ocupa 112,8 mil m² em galpões logísticos, enquanto a Shein chega a 81 mil m², e a Shopper, 12 mil m². No caso da Aliexpress, não foram rastreados negócios em centros de distribuição.

O presidente da Silla, Gincarlo Nicastro, observa que, apesar de essa demanda ser grande em termos nominais, é pequena em termos relativos. Só no primeiro trimestre, a quantidade de áreas alugadas em galpões no Estado de São Paulo bateu em 520,7 mil m². “Essa cobrança de impostos joga água no chope das varejistas e esfria a demanda. Mas não vejo um grande impacto sobre o setor logístico”, diz.

O responsável por fundos imobiliários de uma grande gestora do País, que preferiu falar sem se identificar, vai na mesma linha e também acredita que o impacto será moderado para os empreendimentos. “Esses players já tinham se acomodando e não estavam tomando tantas áreas a mais. Além disso, o tamanho da sua demanda por galpões ainda é bem menor de que outros grandes grupos, como Mercado Livre, Amazon e Magazine Luiza, por exemplo”.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 14/04/2023

LÍDER DA OPOSIÇÃO NO SENADO VAI AO STF PARA DERRUBAR DECRETOS DE LULA SOBRE SANEAMENTO

Rogério Marinho (PL) diz que medida extrapola os limites do Executivo e viola o direito da população de acesso universal ao saneamento básico de qualidade

Por Iander Porcella e Amanda Pupo

14/04/2023 | 16h12

BRASÍLIA - O líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), pediu nesta sexta-feira, 14, ao Supremo Tribunal Federal (STF) a suspensão imediata dos decretos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que alteraram o marco do saneamento. O parlamentar argumenta que a medida extrapola os limites do Executivo e viola o direito da população de acesso universal ao saneamento básico de qualidade, previsto na Constituição. Marinho era ministro do Desenvolvimento Regional - antiga pasta responsável pelo setor - quando a lei de 2020 foi aprovada, no governo Jair Bolsonaro.



Rogério Marinho (PL-RN) pediu ao Supremo Tribunal Federal a suspensão imediata dos decretos do presidente Lula que alteraram o marco do saneamento Foto: Dida Sampaio/Estadão

O senador também afirmou que os decretos de Lula atrasam a desestatização do segmento e privilegiam uma política “defasada” e “falida”. “A estatização do serviço já se mostrou ineficiente e infrutuosa. Essa tentativa de loteamento político, típico do PT, acaba por negar saúde e dignidade para milhões de brasileiros”, declarou o líder opositor, em nota.



As medidas editadas pelo presidente no último dia 5 abrem caminho para que estatais estaduais continuem operando os serviços de água e esgoto sem licitação, por meio dos chamados contratos de programa - o que quebra um dos fundamentos da lei sancionada em 2020. Há uma conta de que 1.113 municípios poderão voltar a acessar recursos federais de saneamento depois da permissão trazida pelos decretos para regularização dos contratos.

“Os decretos atentam contra a Constituição, pois convalidam contratos irregulares e entregam o serviço de Saneamento, sem licitação, a estatais sem capacidade de investir para universalizar os serviços de água e esgoto”, escreveu Marinho no Twitter.

Em meio a críticas aos decretos no Congresso, o Palácio do Planalto chegou a convocar uma reunião com líderes partidários da base aliada para esta quinta-feira, 13, mas teve de cancelar o encontro após o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), chamar as lideranças para uma conversa na mesma manhã. Ainda não há uma nova data para a reunião ocorrer.

No último dia 7, o partido Novo também entrou com ação no STF para pedir a derrubada dos decretos de Lula sobre saneamento. A sigla disse que as medidas têm o objetivo de “repristinam o velho compadrio político das companhias estaduais de saneamento básico, com prejuízo ao atendimento das metas de universalização ainda nesta década”. O processo do Novo é relatado pelo ministro Luiz Fux, relator de ações pelas quais a Corte declarou a validade do marco legal em 2021.

O ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, defendeu os decretos e disse esperar que o Congresso mantenha as mudanças no marco legal do saneamento. “O que queremos é o que todo liberal tem defendido, liberdade de escolha para os municípios, para os Estados. Não podemos engessar em um modelo apenas a solução”, disse, em entrevista à CNN Brasil nesta terça-feira, 11.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 14/04/2023

PT PRESSIONA HADDAD PARA RETIRAR TETO DE INVESTIMENTOS DE NOVO ARCABOUÇO FISCAL

Presidente do partido, Gleisi Hoffmann quer que o ministro Fernando Haddad não inclua a previsão de travas a gastos adicionais no texto que será enviado ao Congresso

Por Eduardo Gayer

O PT pressiona o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para evitar que o texto final do arcabouço fiscal, a ser encaminhado para o Congresso Nacional na próxima semana, contenha travas para investimento público, como planeja a equipe econômica.

“O que a gente defendeu no PT e quer dialogar com a Fazenda é liberar investimentos de qualquer trava. Não ter trava nenhuma, não ficar com o limite de só ser corrigido pela inflação. A gente não quer ficar limitado”, afirmou ao Estadão/Broadcast a presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann.

Limitar investimentos adicionais é uma estratégia defendida pelo mercado financeiro. O secretário do Tesouro, Rogério Ceron, antecipou ao Estadão/Broadcast que o limite seria correspondente a R\$ 25 bilhões. Com essa trava, uma elevação adicional da arrecadação será canalizada não só para investimentos como também para a melhoria das contas do governo, ajudando num cenário mais favorável para a estabilização da dívida pública.

Dirigente com acesso direto ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Gleisi coleciona divergências com Haddad quando o assunto é a condução da economia. No fim de fevereiro, a dirigente se opôs publicamente à proposta do Ministério da Fazenda de retomar a tributação dos combustíveis, o que foi cancelado por Lula.



Haddad terá que lidar com diferentes pressões na busca pela aprovação do arcabouço fiscal Foto: WILTON JUNIOR / ESTADÃO

A presidente do PT disse que ainda não leu o texto final do arcabouço fiscal e, por isso, não tem certeza se haverá alguma trava ao investimento público. “O Haddad não falou com a gente sobre isso. Queremos conversar com Haddad, com a Fazenda. A defesa do investimento público é uma posição consolidada do PT”, defendeu Gleisi.

A fala da dirigente vem apenas três dias após Lula defender o arcabouço fiscal e o próprio Haddad na reunião ministerial que marcou os 100 dias de governo. “Haddad, de vez em quando eu sei que você ouve algumas críticas. Eu tenho que elogiar você e a equipe que trabalharam. Certamente, em se tratando de economia, de política tributária, a gente nunca vai ter 100% de solidariedade”, disse, na ocasião.

Após enviar a proposta de arcabouço fiscal ao Congresso, Haddad vai participar de rodas de conversa com o PT para explicar a nova regra e tentar convencer seus correligionários a apoiar maciçamente a medida.

Contraponto

Com setores do PT resistentes a trechos do arcabouço fiscal, o secretário nacional de comunicação do partido, Jilmar Tatto, saiu em defesa do projeto e negou que parlamentares da sigla vão “bater” no ministro da Fazenda, Fernando Haddad. “O projeto do Haddad é diferente do projeto fiscalista do Palocci e do [Joaquim] Levy”, afirmou Tatto à reportagem.

Membro da Executiva nacional do PT, Tatto minimizou os impactos do dispositivo que pode limitar os investimentos. “Se a gente tiver um ambiente econômico saudável, tranquilo e com credibilidade, você tem investimentos privados, externos”, afirmou o secretário nacional de comunicação do PT.

Na avaliação dele, no caso do arcabouço, o PT não vai bater em Haddad como no caso dos combustíveis. “O PT já mudou de comportamento. O ambiente está bom, a relação está boa. Houve um freio de arrumação muito legal. Você tem um deputado ou outro que pode ter um probleminha, mas não é o partido como instituição, que está afinado com o presidente Lula”.

Haddad tem sido comparado nos bastidores do PT ao ex-ministro da Fazenda Antônio Palocci, que no primeiro governo Lula promoveu um forte ajuste fiscal e rachou a sigla. Parlamentares então petistas se opuseram publicamente à reforma da Previdência apresentada à época, e acabaram expulsos do partido ou pediram desfiliação. Grande parte dos rompidos formou o PSOL, que hoje integra a base de governo de Lula.

Deputado federal pelo PT paulista, Jilmar Tatto, porém, discorda da avaliação. “O projeto do Haddad é diferente do Palocci e do Levy. O projeto fiscalista do Palocci era cortar despesas. O do Haddad é ao contrário, ele controla despesas porque não é a farrá do boi, mas ele foca muito no aumento da receita”, disse.

Joaquim Levy, por sua vez, foi ministro da Fazenda no segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), que hoje tomou posse como chefe do banco dos BRICS, em Xangai, na China. Levy também promoveu um forte ajuste fiscal que desagradou a base de esquerda do PT. Posteriormente, assumiu a presidência do BNDES na gestão Jair Bolsonaro (PL), mas ficou no cargo por apenas seis meses.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 14/04/2023

O BRASIL VOLTOU? QUEM ESTÁ DE VOLTA É O PT EM SUA MAIS PURA ESSÊNCIA

Lula iniciou seu governo com a PEC da Transição logo após as eleições; desde então, não emplacou nenhum projeto novo

Por Elena Landau

Já são bem mais de 100 dias. Lula iniciou seu governo com a PEC da Transição logo após as eleições. Desde então, não emplacou nenhum projeto novo. Retomou programas sociais, mas sem incluir melhorias apontadas por vários especialistas. O Minha Casa, Minha Vida continua segregando trabalhadores ao isolar suas moradias de serviços, lazer e trabalho. O Bolsa Família aumentou seu orçamento, mas não investiu em melhor focalização e capacitação.

A MP que reorganiza seus ministérios não foi apreciada. Padilha ainda não mostrou serviço, apesar dos 37 ministérios. Na Esplanada, a paralisia está por conta de Rui Costa, esperando o fim da Lei das Estatais para distribuir cargos.

Lula ganhou raspando. Parte dos votos que lhe garantiram a vitória veio de brasileiros intolerantes com a barbárie bolsonarista. Ser melhor do que Bolsonaro é pura obrigação.

Em áreas fundamentais, por enquanto, há pouco para mostrar. Diretrizes e metas para saúde, educação e meio ambiente ainda não estão claras. Retomar a vacinação é bom, mas é pouco para quem prometia uma revolução no SUS. Na educação, só temos a suspensão do novo ensino médio. Na área ambiental, o desmatamento segue. Tudo isso apesar de equipes técnicas de boa qualidade. Não dá para atribuir essa lentidão à terra arrasada herdada por muito mais tempo.



No comando do Ministério da Fazenda, Haddad terá trabalho para manter contas públicas em ordem Foto: REUTERS/Adriano Machado

As novas regras fiscais foram apresentadas, mas ainda não compõem um arcabouço. Não há clareza sobre punições para descumprimento de metas de resultado primário, e ainda há garantia de crescimento real de gastos em qualquer cenário. Sobram dúvidas sobre a trajetória da dívida. A dependência de receitas extraordinárias é uma questão aritmética, nada a ver com ideologia. Há muita especulação sobre impostos,

poluindo o debate sobre reforma tributária. Mesmo com tantas dúvidas, Haddad teve apoio até do mercado e dos liberais. O problema dele é com PT.

Política econômica é mais do que política fiscal, e aí Lula vai mal. Nenhuma palavra sobre produtividade, nem abertura comercial. Na tecnologia, a novidade é a ressurreição da Ceitec; na política industrial, o domínio da Fiesp; no trabalho, discute-se a volta da contribuição sindical e o uso do FGTS para comprar carros. O velho BNDES ressurgiu. Podem derrubar juros na marra, mas assim não se vai além de – mais – um voo de galinha.

Quem está de volta é o PT em sua mais pura essência: Estado indutor, escolhas discricionárias, crédito direcionado e indicações políticas. Mesmo cenário que levou ao petróleo.

Nem o marco do saneamento escapou. Ao povão, a lama; aos amigos, cargos em estatais ineficientes.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 14/04/2023

VALOR ECONÔMICO (SP)

EXCLUSIVO: APOIO DA UNIÃO A PPPS DE ESTADOS E MUNICÍPIOS SERÁ NA FORMA DE AVAL DO TESOURO

Segundo o Valor apurou, a ideia é que a União entre como avalista dessas operações
Por Lu Aiko Otta e Guilherme Pimenta, Valor — Brasília

O governo deve anunciar no início da próxima semana o novo instrumento com o qual apoiar projetos de Parceria Público-Privadas (PPPs) em Estados e municípios. O Valor apurou que a ideia é a União entrar como avalista dessas operações, de forma semelhante à utilizada hoje para a contratação de empréstimos internos e externos pelos entes subnacionais.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já havia declarado algumas vezes que a entrada do governo federal no apoio a Estados e municípios teria forte impacto no custo, pois o risco da operação passará a ser o do Brasil, e não mais o da prefeitura ou do governo estadual. Ele só não havia detalhado como se daria esse apoio.

A avaliação na equipe econômica é que essa solução do aval reduzirá “brutalmente” o custo das operações e “mudará o patamar de atratividade” das PPPs. A aposta é que esses projetos atrairão recursos de investidores internos e externos na casa das “dezenas de bilhões de reais”.

Há otimismo porque o aval da União ataca um antigo entrave ao desenvolvimento das PPPs: a insegurança do investidor privado quanto aos pagamentos que lhe serão devidos pelo setor público ao longo do contrato, que é de longo prazo. A garantia que, em caso de inadimplência, receberá os recursos do Tesouro Nacional, deverá animar os investidores privados, avalia-se.

PPPs são arranjos entre empresas e governos para prestar serviços à população. Algumas linhas de metrô, por exemplo, foram construídas dessa forma. A empresa privada faz o investimento e administra o serviço. Porém, as tarifas pagas pelos usuários não são suficientes para cobrir todos os custos. Assim, o governo entra com recursos para equilibrar a equação.



Praça Mauá, no Rio de Janeiro, faz parte da PPP do Porto Maravilha — Foto: Divulgação/Concessionária Porto Novo

Em Belo Horizonte, há escolas construídas e administradas dessa forma. Na Bahia, hospitais. Nesses casos, não há cobrança de tarifas dos usuários. O pagamento é todo feito pelo governo. A vantagem, no caso, é ter o setor privado antecipando investimentos que serão pagos ao longo do tempo.

Os pagamentos do governo são chamados de contraprestação. Em alguns projetos de PPP municipal, essas deixaram de ser pagas com a mudança no comando da prefeitura. Isso gerou insegurança nos investidores.

Para contornar essa insegurança, alguns Estados, municípios e o próprio governo federal montaram fundos garantidores. Em São Paulo, por exemplo, imóveis servem de garantia para as PPPs.



Outra solução utilizada no Brasil foi criar taxas específicas para pagar as contraprestações. É assim que vários municípios viabilizaram PPPs em iluminação pública.

O aval do Tesouro Nacional será uma solução adicional que, espera-se no governo, dará outra dinâmica às PPPs. Além de dar mais segurança ao parceiro privado, é um instrumental que Estados, municípios e bancos já sabem utilizar, diz uma fonte. Tanto que não será necessário alterar nenhuma lei. Apenas ajustes operacionais no Tesouro Nacional darão conta da tarefa.

Além disso, o processo de concessão de aval do Tesouro é rápido: 90 dias para operações internas e cerca de 6 meses para operações externas. O prazo médio para a estruturação de um projeto de PPP é de um ano.

O mecanismo de aval para operações de crédito de Estados e municípios que será estendida às PPPs funciona assim: quando eles precisam tomar empréstimos para tocar determinados projetos, em bancos ou organismos multilaterais de crédito, a União entra como avalista. Caso o ente subnacional não pague a parcela da dívida, o Tesouro a quita.

Depois, recupera o dinheiro descontando-o das parcelas dos Fundos de Participação de Estados e municípios. Esse é um dinheiro transferido periodicamente a todos os Estados e municípios, como forma de partilhar o resultado da arrecadação federal. Cerca de metade da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) é distribuída.

Em março, o Tesouro Nacional gastou R\$ 847 milhões honrando avais de parcelas de empréstimos não quitadas por Estados e municípios. Desde 2016, foram cerca de R\$ 55 bilhões.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 14/04/2023

O COCHILO GOVERNISTA QUE COLOCOU PSB E PDT NO COLO DE LIRA

Congresso supera o Executivo em incentivos, mas Planalto - e o PT - tinham recursos para mantê-los

Por Maria Cristina Fernandes — São Paulo

Indagado, dias atrás, sobre o conselho que daria se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva o chamasse ao celular, um cacique partidário o resumiu numa frase: "Cuide da centro-esquerda".

Uma semana depois, anunciou-se que o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) fechou o maior bloco da Câmara, com 173 deputados reunindo PP, União, PSDB, Cidadania, Avante, Solidariedade, PSB e PDT.

Foi a adesão desses dois últimos, tradicionais aliados do PT, que garantiu a este bloco a supremacia sobre aquele outro, anunciado dias atrás, reunindo PSD, MDB e Republicanos.

É mais do que uma curiosidade aritmética que os 31 deputados que este bloco tenha a mais do que o segundo maior seja a soma de PDT (17) e PSB (14).

O movimento desses partidos, à revelia do governo que integram, é parte da profusão de incentivos, dos fundos partidário e eleitoral às emendas parlamentares mais gordas. Apesar disso, o governo descuidou de sua adesão, como advertiu o dirigente partidário que, não por acaso, integra o bloco superado e formado por PSD, MDB, Republicanos, Podemos e PSC.

Mas descuidou como se as duas siglas têm quatro ministérios? Só ao PSB foram destinadas três Pastas, o que dá quase uma para cada cinco deputados do partido, maior desproporção da Esplanada.

É bem verdade que duas delas são representativas da reconquista do estado de direito (Justiça) e da desindustrialização acelerada (Indústria e Comércio) depois de quatro anos de bolsonarismo, mas são ministérios sem obras, moeda da hora.

A terceira (Portos e Aeroportos) até que tem cimento, mas são obras por concessão, em que a ingerência dos parlamentares é menor do que no Desenvolvimento Regional ou nos Transportes.

Nada disso impediria que os dois partidos se mantivessem no bloco governista como o fizeram em outras gestões do PT. Mas as legendas hoje guardam pálida semelhança com suas lideranças históricas.

É difícil saber, por exemplo, o que o senador Chico Rodrigues (PSB-RR), flagrado com uma cueca recheada de orçamento secreto, carrega de Miguel Arraes, que é para o PSB o que Leonel Brizola representa para o PDT.

As lideranças dos dois partidos, Felipe Carreras (PSB-PE) e André Figueiredo (PDT-CE), são mais próximas de Lira do que dos presidentes de seus partidos. São parte das relações construídas pelo presidente da Câmara durante seu mandarinato sob Jair Bolsonaro.

É Lira quem lhes oferece condição de evitar constrangimentos como aquele enfrentado pelo deputado Guilherme Boulos (Psol-SP). Depois de se eleger com uma das maiores votações do país a partir de uma trajetória política construída na defesa da moradia popular, Boulos perdeu a relatoria da medida provisória que relançou o Minha Casa Minha Vida para o União Brasil porque seu partido tem apenas 13 deputados.

Para que o Psol fosse acomodado numa relatoria como esta, o principal partido governista, o PT, teria que abrir mão de algum naco de poder na Câmara e redistribuir as fichas. Esse poder de coordenação falta no PT e sobra em Lira.

Para não falar no PSDB, que, depois de ter governado o país por oito anos e ter passado quase 30 anos no governo do maior Estado da federação, tem hoje os mesmos 14 deputados do PSB. Agarrou-se a Lira para não desaparecer.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 14/04/2023

STJ MANTÉM COBRANÇA DE TAXA POR PORTOS

Julgamentos na 1ª Turma favoreceram a empresa Santos Brasil e o Grupo Libra
Por Joice Bacelo — De São Paulo



Ministro Sérgio Kukina: decisão unânime pela manutenção da cobrança da THC 2 — Foto: Divulgação/STJ

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) vem mantendo decisões de segunda instância favoráveis à tarifa pelo Serviço de Segregação e Entrega de Contêineres (SSE) - também chamada de THC 2. A discussão, de bilhões de reais, opõe empresas do setor de portos há duas décadas.

Um desses casos foi julgado nesta semana. O resultado beneficiou a empresa Santos Brasil. Outro, em setembro do ano passado, favoreceu o Grupo Libra. Ambos os julgamentos ocorreram na 1ª Turma.

As operadoras de terminais portuários cobram a tarifa das operadoras de terminais retroportuários, os “portos secos” - estações aduaneiras em zonas secundárias que também realizam desembaraço, armazenamento e despacho da carga.



Quando o importador opta por usar o porto seco, o terminal portuário que recebe os navios cobra a tarifa das empresas que administram os terminais retroportuários. O serviço consiste em retirar o contêiner da pilha de armazenamento do seu pátio e movimentá-lo até o portão, para que possa ser transferido.

Existe discussão em torno dessa cobrança desde que foi instituída. Empresas que administram os portos secos são contra. Sustentam que os usuários dos portos já pagam uma taxa, a THC, ao dono do navio para fazer a retirada da carga dos terminais. A cobrança “extra” pelo terminal portuário geraria desvantagem concorrencial.

É que se o importador faz o desembarço aduaneiro no próprio terminal portuário, onde os navios atracam e entregam as cargas, essa cobrança não existe.

As operadoras dos terminais portuários, que cobram a THC 2 dos portos secos, afirmam, por outro lado, que têm custos com esse procedimento. A THC, prevista nos contratos com os donos dos navios, abrange a retirada da mercadoria do navio até a colocação do contêiner na pilha armazenada no terminal. A partir desse momento não haveria mais cobertura - por isso a THC 2.

Sem esse serviço, dizem, haveria um caos logístico. Os terminais retroportuários teriam que disponibilizar caminhões para a retirada das cargas dos navios, o que provocaria quilômetros de congestionamento e demora na transferência.

Os casos que chegaram ao STJ são antigos. A Santos Brasil e o Grupo Libra recorreram à Justiça em 2005 contra decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) que impedia a cobrança. Na ocasião, o órgão interpretou que a tarifa causava danos concorrenciais.

As empresas conseguiram derrubar a decisão do Cade na Justiça. A ação do Grupo Libra foi julgada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), com sede no Distrito Federal. A ajuizada pela Santos Brasil, pelo TRF-3, em São Paulo.

Os desembargadores consideraram que a THC 2 não gera prejuízo à livre concorrência. O acórdão de São Paulo destaca que não houve empecilho ao acesso de novas empresas ao mercado ou qualquer dificuldade de funcionamento e desenvolvimento de empresas concorrentes. Cita ter havido, inclusive, aumento do número de recintos alfandegários desde a privatização dos portos.

Os dois processos subiram para o STJ por meio de recursos protocolados pelo Cade. A Marimex, operadora retroportuária, atuou no caso envolvendo a Santos Brasil - como assistente e também “recorrente”.

“A cobrança da THC 2 causa aumento do custo Brasil. Um prejuízo da ordem de R\$ 700 milhões ao ano, podendo esse valor chegar a R\$ 1 bilhão ao ano”, disse aos ministros, durante o julgamento, o advogado Bruno Burini, que representa a Marimex.

Representantes do Cade não fizeram sustentação oral nesse julgamento e a ausência foi destacada pela advogada Luciana Lóssio, que atua para a Santos Brasil, na sua fala aos ministros. “O Cade não está aqui porque mudou de posição. Evoluiu”, disse, frisando que a decisão em análise havia sido proferida há quase duas décadas.

A advogada se referiu a um acordo firmado em 2021 entre o Cade e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), que regula o setor e tem posição favorável à cobrança.

Representantes dos dois órgãos assinaram um memorando. Consideraram que a cobrança não configura, por si só, um ato ilícito. Mas reconheceram que podem existir situações em que ela se revele abusiva e, nesses casos - identificada a irregularidade - serão tomadas medidas conjuntas.

O Valor procurou o Cade para falar sobre os julgamentos no STJ, mas não teve retorno até o fechamento da edição.

Os ministros da 1ª Turma não entraram na discussão de mérito, sobre a validade da THC 2. Eles rejeitaram os recursos contra as decisões de segunda instância por questões processuais. Consideraram que implicaria reexame de provas, o que é vedado na Corte.

O relator dos dois casos é o ministro Sérgio Kukina e a decisão, em ambos, foi unânime (REsp 1537395 e REsp 1774301).

Esse posicionamento do STJ, no entanto, não põe fim às discussões em torno da THC 2. Um processo sobre o tema está em tramitação no Tribunal de Contas da União (TCU).

O TCU proibiu a cobrança em sessão plenária realizada em junho do ano passado. A decisão foi tomada durante análise de denúncias sobre possíveis irregularidades no processo de revisão da Resolução nº 72, da Antaq, que autoriza a THC 2 e fixa parâmetros para a sua aplicação.

Os ministros do determinaram a anulação de todos os dispositivos da norma que tratam da tarifa. Eles concordaram com as alegações dos denunciantes - que tiveram identidade mantida sob sigilo - de ausência de realização de Análise Prévia de Impacto Regulatório (AIR), antes de a Antaq elaborar a minuta da resolução levada a audiência pública, e de ilegalidades na criação da THC 2.

Os julgadores consideraram a cobrança ilegal, especialmente, pela possibilidade de os terminais portuários aumentarem os custos das empresas que administram os portos secos. “O recinto seco é concorrente direto do recinto molhado”, diz a decisão (Acórdão 1.448/2022).

As operadoras dos terminais portuários recorreram ao STF por meio de um mandado de segurança coletivo da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres (Abratec). Mas desistiram do caso depois de a Antaq apresentar recurso ao próprio TCU. Esse processo ainda não teve uma decisão definitiva.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 14/04/2023

O QUE É A POLICRISE, O TERMO QUE VEM SENDO USADO PARA OS DESAFIOS DA HUMANIDADE

Mundo enfrenta uma sobreposição de ameaças, e estado crítico produz a perturbadora impressão de que veio para ficar

Por Diego Viana — Para o Valor, de São Paulo



A floresta devastada pela queimada no Pantanal: a mudança climática e a ameaça ao ambiente estão entre os grandes desafios que formam uma potencial policrise — Foto: Márcia Foletto

O vocabulário do pessimismo começa a se diversificar. Expressões destinadas a expressar a sensação de que vivemos em tempos perigosos se tornam correntes, a ponto de o dicionário britânico Collins escolher como “palavra do ano” em 2022 o verbete “permacrise”, definido como “período prolongado de instabilidade e insegurança”. Segundo

o diretor da publicação, Alex Beecroft, o termo “resume bem como o ano foi horrível para tanta gente”.

Também no ano passado, o economista iraniano-americano Nouriel Roubini, da Universidade de Nova York, conhecido como “Dr. Doom” por ter previsto crises sucessivamente antes de

efetivamente ocorrer uma em 2008, lançou o livro “Megathreats” (mega-ameaças), em que elenca dez potenciais fontes de uma catástrofe econômica global. “Emergências sobrepostas” é a expressão escolhida pelos economistas Isabella Weber (Amherst), Luiza Nassif (USP), Lucas Teixeira (Unicamp) e Jesus Lara Jauregui (Amherst). Em texto para discussão publicado em fevereiro, os pesquisadores Aristides Monteiro Neto (Ipea), Lucileia Aparecida Colombo (Ufal) e João Mendes da Rocha Neto (UnB) discutem as consequências das “múltiplas crises” para a política pública brasileira, com foco no Ministério do Desenvolvimento Regional.

Desse leque semântico, o vocábulo que mais se consolidou no debate internacional é “policrise”, popularizado pelo historiador Adam Tooze. A expressão procura dar conta do caráter ao mesmo tempo múltiplo e único dos desafios que a humanidade enfrenta. Ela aparece nove vezes no Relatório de Riscos Globais publicado pelo Fórum Econômico Mundial em janeiro e foi repetida diariamente ao longo do encontro de Davos, a ponto de ser considerada pela imprensa o “símbolo” do evento.

O documento se baseia em uma enquete sobre a percepção de riscos globais, com a participação de 1.200 especialistas ao redor do mundo. Mais do que a lista dos perigos, o que chamou atenção da diretora-executiva do fórum, Saadia Zahidi, foi a expectativa de que eles se prolonguem por vários anos. “Em dois anos, os especialistas estimam que o custo de vida vai continuar sendo o maior problema. Em dez anos, 60% dos maiores riscos terão relação direta com a crise climática e suas consequências imediatas, como a migração involuntária”, afirmou Zahidi na apresentação do relatório.

Para Zahidi, alguns fenômenos já identificados hoje, como a fragmentação tecnológica (em que diferentes potências buscam desenvolver suas capacidades sem cooperarem entre si), a ascensão de regimes nacionalistas e a manipulação belicosa de recursos alimentícios e energéticos (como no conflito russo-ucraniano) são reflexos da persistência e interação das crises. O quadro que começa a se esboçar é de um sistema global cada vez menos capaz de resistir a choques como uma nova pandemia ou colapso financeiro.

A chancela de Davos foi a senha para que “policrise” se tornasse termo corrente no mercado. No relatório “Uma nova desordem mundial?”, da consultoria Ipsos, a policrise é considerada “tanto causadora quanto resultado” da referida desordem. Em Cingapura, o banco DBS publicou o estudo “Administrar a policrise”. Ainda em 2022, o Deutsche Bank previu em um relatório para clientes que a Europa atravessaria “policrise e estagflação neste ano”. A Unicef, Fundo das Nações Unidas para a Infância, lançou um documento sobre as “Perspectivas para as Crianças na Policrise”.



Nouriel Roubini diz que atual inquietude é estrutural. Não estamos revivendo nem a década de 1970, nem a de 1930, mas entrando em algo inteiramente novo — Foto: Simon Dawson/Bloomberg

O princípio é simples e, à primeira vista, não introduz nada de inovador: a humanidade se encontra diante de um conjunto heterogêneo de perigos que não vão desaparecer por conta própria. Entre eles estão a emergência climática, as tensões geopolíticas crescentes, o enfraquecimento das democracias e o surgimento de novas doenças. Também desponta no

horizonte a perspectiva de uma recessão global, reforçada pelos sinais de turbulência emitidos pelo sistema financeiro desde a quebra do Silicon Valley Bank.

De tão disseminado, o termo “policrise” se tornou o nome de um programa de pesquisa no instituto Cascade, da Universidade Royal Road, no Canadá, fundado pelo cientista político Thomas Homer-Dixon e dedicado a estudos de sistemas complexos nas relações internacionais. “Com essas expressões, muita gente está procurando entender a mesma questão, cada um a seu modo: hoje, os

problemas são de natureza mais intensa e desafiadora do que uma década atrás”, afirma o cientista político Michael Lawrence, pesquisador responsável pelo programa.

A percepção de que o problema é semelhante, embora ainda indefinido, é compartilhada por quem usa outras expressões. Para Weber, das “emergências sobrepostas”, a policrise designa o problema de fundo, e as emergências são sua sobreposição. Roubini, em artigo sobre seu livro “Mega-ameaças”, reconhece que “policrise” expressa o caráter sistêmico dos problemas que evoca.

“Cada geração diz que o mundo está ficando pior e os problemas estão crescendo. Mas nem por isso deixa de ser verdade em algum momento. Já houve situações no passado que podem ser classificadas como policrise. O que faz a diferença hoje é que a mudança climática se tornou um motor tão intenso que arrasta todo o resto consigo”, especula Lawrence. “Até mesmo desafios como as crises financeiras e epidemias, que já experimentamos, ficam piores com a mudança climática.”

A proliferação de “policrise” também suscita protestos: por que introduzir um termo no vocabulário para falar de problemas que já conhecíamos? Esta é a questão levantada por Gideon Rachman, colunista do “Financial Times”. Em palestra proferida em Davos, o historiador britânico Niall Ferguson declarou que a percepção de um conjunto de crises associadas nada mais é do que “a história acontecendo”.

Outra crítica aponta para a falta de novidade: o que ocorre agora não seria exatamente novo. Como lembra o cientista político Daniel Drezner, da Universidade Tufts, só no século XX, foram duas



ocasiões em que crises paralelas convergiram para uma catástrofe. Na década de 1930, os ecos do crash de 1929 favoreceram a ascensão do nazismo. Nos anos 1970, as crises do petróleo, a estagflação e o endividamento de países periféricos produziram conflitos que, na década seguinte, redesenhariam o mapa do mundo.

Cientes do Silicon Valley Bank fazem fila para entrar numa agência do banco. Sinais de turbulência financeira reforçam fantasma de uma possível recessão global — Foto: David Paul Morris/Bloomberg

Há ainda a objeção ao caráter vago do conceito. O que faz desses problemas algo particular é que as ameaças se alimentam mutuamente, conforme argumenta Tooze. Nos termos do historiador, “o todo é ainda mais avassalador que a soma das partes”. Em outras palavras, cada vertente da ameaça se relaciona com as demais de modo a formar um sistema. E isso torna difícil apontar o caminho que leva de causas a consequências: umas como outras estão por toda parte.

Tentando explicar a policrise, Tooze desenha um diagrama com 24 itens, sete deles ressaltados em quadrados vermelhos, correspondentes aos riscos “mais macroscópicos”, que podem levar a uma catástrofe nos próximos 18 meses, estima o historiador. É fácil perder a conta do número de setas que apontam conexões: elas passam de 40.

Mas essas conexões nem sempre são justificáveis, rebate o economista Noah Smith. E quando são, não necessariamente expressam uma retroalimentação. Por ora, aponta, cada um dos elementos sugeridos por Tooze está sendo combatido: o uso de energias renováveis avança, o preço do petróleo deixou de subir, a Rússia não consegue avançar na Ucrânia, forças antidemocráticas perderam eleições e assim por diante.

Lawrence reconhece que “policrise” é usado muitas vezes de maneira vaga, e que não basta aproveitar uma palavra que soa impactante para designar a soma dos desafios do mundo atual. Por isso, diz, o instituto Cascade propõe uma definição mais rigorosa. Para que se possa falar em

policrise, é preciso que o risco agregado emergja de riscos sistêmicos surgindo simultaneamente em ao menos três sistemas, isto é, que não se trate só de um risco que passa de um sistema a outro.

Um risco sistêmico, como o produzido por uma seca, que leva à escassez de alimentos, alta de preços e, conseqüentemente, agitação social, não é por si só uma policrise. Mas passa a ser, quando interage com o risco da disputa geopolítica global, que conduz a interferências estrangeiras em eleições. Se essa interação entre duas crises levar à ascensão de um regime autoritário e mais conflito doméstico no país atingido pela seca, ela produz uma retroalimentação que amplifica a crise alimentar. Os riscos sistêmicos podem ainda se espalhar para mais sistemas: se a instabilidade doméstica em diversos países reduzir a cooperação global, os efeitos podem retroalimentar, mais uma vez, a falta de alimentos, por meio da redução do comércio, além de prejudicar a prontidão para o caso de outras emergências, como uma nova pandemia.

Assim, da combinação de crises simultâneas emerge uma crise comum, que pode ser meramente regional ou ter a amplitude de uma policrise global. Nesse caso, o termo recebe uma definição mais precisa: “qualquer combinação de três ou mais riscos sistemáticos em interação, com potencial para causar a falha em cascata e incontrolável dos sistemas naturais e sociais da Terra, que degrade irreversivelmente e catastróficamente as perspectivas da humanidade”.



Isabella Weber, da Universidade de Massachusetts em Amherst, fala sobre como estamos enfrentando “emergências sobrepostas”, a inflação sendo uma — Foto: Divulgação

O prefixo “poli” se justifica, segundo os pesquisadores, porque a análise se torna mais difícil para uma interação de três sistemas, em razão do caráter exponencial das possibilidades combinatórias. No entanto, Lawrence aponta que a diferença do conceito de policrise está em enfatizar a sincronização do comportamento dos sistemas. “Há policrise quando os riscos sistêmicos começam a se alinhar. Então os sistemas podem atingir um nível crítico simultaneamente ou em rápida sucessão. E isso pode produzir o colapso dos sistemas conectados”, explica.

Embora tenha se popularizado recentemente, o termo “policrise” já tem uma pequena trajetória na linguagem. Foi cunhado em 1993 pelo filósofo francês Edgar Morin, um dos primeiros teóricos da complexidade, e pela jornalista Anne-Brigitte Kern, no livro “Terra-pátria” (publicado no Brasil pela editora Sulina). Morin se referia ao fato de que a humanidade depende de uma série de sistemas para existir - natural, geopolítico, econômico etc., e um problema surgido em qualquer um deles teria cada vez mais a tendência a pular para os demais.

Citando Morin, em 2016 o então presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, se referiu à conjunção entre o Brexit, o perigo de dissolução da zona do euro e a onda migratória daquele ano como policrise. Houve também um casual uso brasileiro: em julho de 2015, foi a palavra que o então governador de São Paulo Geraldo Alckmin escolheu para descrever o estado do país: “estamos passando por uma crise gravíssima, uma ‘policrise’: crise política, crise econômica, crise social, crise ética”, afirmou.

Em resumo, a policrise é caracterizada pela multiplicidade dos desafios que a compõem, a profunda conexão entre diferentes sistemas que entram em crise simultaneamente e, sobretudo, uma tendência à retroalimentação que pode conduzir à catástrofe em todos os sistemas. Outra característica perturbadora, realçada no relatório de Davos, é que, diferentemente de colapsos financeiros, surtos inflacionários, guerras e impasses políticos tradicionais, hoje temos a impressão de que o estado crítico veio para ficar.

Um exemplo corrente da retroalimentação das crises é o efeito da alta do petróleo decorrente da guerra. As empresas petrolíferas, que vinham sofrendo uma paulatina perda de relevância nos

mercados de capitais, como prenúncio da transição energética, receberam de súbito uma injeção de receita. Suas ações voltaram a subir. Conseqüentemente, ao longo de 2021, recursos foram desviados de projetos de renováveis na direção dos fósseis, o que prejudica no longo prazo os esforços para mitigar a mudança climática.

A escalada dos juros nas economias centrais, projetada para controlar a alta de preços, intensificada pela guerra, pelo custo da energia e dos alimentos, ameaça tirar recursos de setores dependentes de pesquisa avançada, onde o risco é mais alto: é o caso de mercados de tecnologia e também de energias renováveis. A recente derrocada de bancos que financiam esses setores é mais uma peça no dominó. É nesse contexto de desincentivo ao avanço sustentável que vem a público o relatório do Painel Intergovernamental de Mudança do Clima (IPCC), dando conta de que as ações para controlar o efeito estufa precisam ser aceleradas antes de 2030 para evitar efeitos catastróficos.



“Antes que as crises se resolvam, aparecem crises novas e os problemas vão se agregando”, diz Aristides Monteiro Neto, do Ipea — Foto: Helio Montferre/IPEA

No rol das denominações sombrias, quem menos mede as palavras é Roubini. O economista afirma que a atual inquietude é estrutural e, portanto, de longo prazo, talvez permanente: não estamos revivendo nem a década de 1970, nem a de 1930, mas entrando em algo inteiramente novo. Em seguida, vaticina que o período de relativa prosperidade iniciado ao fim da Segunda Guerra Mundial deve se encerrar em breve. “Estamos

diante de uma mudança de regime histórico, rumo a uma era de instabilidade profunda, conflito e caos. O que nos espera são mega-ameaças diferentes de tudo que presenciamos no passado, e são interconectadas”, escreve.

Mega-ameaças, na definição de Roubini, são “problemas severos, capazes de causar amplos danos e sofrimentos, e que não serão resolvidos rápida ou facilmente”. Algumas se desenvolvem de imediato, outras ao longo das décadas. Para as primeiras, não é fácil construir uma resposta coletiva com a agilidade necessária. Já as últimas podem ser difíceis de identificar a tempo.

Em seu cálculo, as ameaças são dez. Pela ordem: o nível de endividamento público e privado; o esgotamento de políticas que costumavam ser usadas para superar problemas causados pela dívida; a virada demográfica, que aumenta a proporção de pessoas aposentadas e pressiona os sistemas financeiros nacionais; a tendência a enfrentar os problemas com a emissão de moeda; uma nova estagflação, que poderá levar países à competição fratricida; a desvalorização das principais moedas, que poderia incluir a perda da referência do dólar; a desglobalização; a inteligência artificial, primeira tecnologia que pode eliminar mais empregos do que gera; uma nova guerra fria; as conseqüências da mudança climática, incluindo o avanço de novas doenças e as quebras de safras.

“Todas essas ameaças têm vínculos entre si e se retroalimentam”, escreve Roubini. “Com isso, os riscos econômicos, financeiros, tecnológicos, comerciais, políticos, geopolíticos, de saúde e ambientais sofreram uma mutação e se tornaram algo muito maior.”

Muitos dos perigos têm origem na busca de soluções para problemas anteriores, como a desregulação financeira e a expansão monetária, diz Roubini. Por isso, as respostas tradicionais para desafios econômicos e políticos têm cada vez menos eficácia. A automação, que aumenta a produtividade e gera empregos mais qualificados, pode passar a expulsar grandes contingentes do sistema produtivo; o afrouxamento de regras de comércio pode incentivar os países a se retrair; a expansão econômica, na tentativa de distribuir a renda para quem perdeu seu trabalho, pode estressar o planeta além do que ele aguenta.

“Vai ser preciso muita sorte, um desenvolvimento econômico quase sem precedentes e uma cooperação global improvável para evitar que tudo termine mal. Já entramos muito fundo nesse caminho”, lamenta Roubini.

Se está constatada a convergência das crises, não é tão claro como ela se reflete no dia a dia econômico e político. Como as instituições multilaterais podem responder? Como os Estados devem agir? Como as empresas e os investidores podem se preparar? Essas questões se apresentaram ao longo da pandemia de covid-19, mas as respostas concretas não compareceram. A colaboração internacional foi deficiente, os países procuraram respostas individualmente, os mercados atravessaram graves turbulências e as interações políticas se radicalizaram.

Porém, um elemento de transição de época emergiu durante a pandemia: o papel dos governos cresceu significativamente, em contraste com a liberalização progressiva desde a década de 1980. Ao redor do mundo, foram implantados às pressas programas de transferência de renda e projetos de nacionalização industrial. Para Weber, que em 2021 publicou o livro “Como a China escapou da terapia de choque” (a ser lançado no Brasil neste ano pela editora Boitempo), sobre a transição chinesa do planejamento para a economia de mercado, esse foi apenas o primeiro passo da tendência à presença estatal mais constante.

“Meu interesse é a inflação em tempos de rupturas estruturais. Por exemplo, a transição da economia planejada para a de mercado, ou da Segunda Guerra para o pós-guerra. Os economistas costumam examinar a inflação como fenômeno macroeconômico, na relação entre variáveis agregadas. Minha perspectiva é um pouco diferente. Em 2020, com a covid, eu via uma série de mudanças estruturais: o fechamento de fábricas e lojas, governos decidindo quem podia ou não trabalhar, a indústria da saúde sob pressão. A inflação me preocupava muito”, relata Weber.

Nesses momentos, a inflação está vinculada à trajetória dos preços em setores sensíveis. Weber e seus coautores identificaram ao menos oito, divididos em três grupos: necessidades básicas da sobrevivência, da produção e da circulação. Nessa conta, setores como químicos, petróleo e carvão, produção de alimentos, moradia e comércio atacadista se destacam. “Na pandemia, cadeias de suprimento foram rompidas, porque havia portos bloqueados. Não há estímulo de preço que aumente a demanda para compensar a congestão física”, afirma.

Weber previu que essa inflação não poderia ser combatida com os métodos tradicionais, como o esfriamento da economia por meio do aumento da taxa de juros. E, de fato, com a eclosão da guerra na Ucrânia, em fevereiro do ano passado, uma prática proscrita nas últimas décadas foi ressuscitada na Europa: o controle de preços. “Ficou claro que a alta do gás era um braço econômico da guerra. O mecanismo de preços não garantiria o equilíbrio de oferta e demanda”, relata.

A Alemanha instituiu um sistema semelhante ao adotado durante a crise hídrica de São Paulo em 2014. Cada consumidor teve o direito a um preço mais baixo para até 80% de seu consumo no ano anterior. “É uma medida melhor do que nada, com o mérito de ser um estabilizador. Mas é uma medida fortemente regressiva, que atinge mais os pobres, que já tinham o hábito de poupar e não têm mais onde cortar”, avalia Weber.

A economista fez parte da comissão que desenvolveu o mecanismo, mas relata que a versão final é diferente de sua proposta, que envolvia um sistema dual de precificação, semelhante ao que se pratica com a água na Califórnia, onde há nove patamares de preço. Haveria um orçamento de gás comum a todos, com preço fixado, e acima desse nível o custo seria muito superior. “Nosso foco era o consumidor doméstico, protegendo a necessidade básica. O esboço foi apresentado antes mesmo de começar a guerra, porque víamos que, só em efeitos diretos, o reflexo do preço de atacado do gás no varejo corresponderia a 2,5 pontos de inflação.”

Weber também sugere que outros mecanismos de estabilização sejam desenvolvidos para o longo prazo, como os estoques reguladores. A economista alerta que não se trata de tentar contornar o mecanismo de preços, mas de usá-lo como um sinalizador que possa ser monitorado, permitindo intervenções em momentos de emergência. “Na Alemanha, se houvesse uma agência reguladora

prestando atenção no preço do gás, ela teria visto já em 2021, antes da invasão, que a Rússia segurava a oferta e o custo já disparava”, observa.

Nassif acrescenta que, para países com desigualdade expressiva, como o Brasil, os mecanismos de estabilização são ainda mais importantes. O combate à alta dos preços apenas com o recurso à taxa de juros tem impacto desproporcional sobre as populações mais vulneráveis, o que se torna intolerável em momentos de crise sistêmica. “É da natureza da pobreza ter que consumir quase tudo que se ganha em bens essenciais. Se houver um mecanismo que impeça os preços desses bens de explodirem, então as pessoas mais vulneráveis aos choques serão protegidas”, resume.

A economista da USP compara esse mecanismo de estabilização às políticas de transferência e aos projetos de renda básica universal, que têm foco na cobertura das necessidades básicas por meio dos recursos monetários. Se o preço dos combustíveis ou dos alimentos disparar, mesmo tendo uma renda garantida a população enfrentaria uma onda de miséria. “Na era das emergências sobrepostas, essas políticas podem não ser suficientes. Nesse caso, seria necessário complementá-las. Os choques de preços em bens essenciais são muito prováveis, mas não sabemos quando e onde vão acontecer”, alerta.

Os efeitos das crises em cascata sobre o Brasil e as políticas públicas também constituem a pergunta central das preocupações expressas por Monteiro Neto, Colombo e Rocha Neto em seu trabalho para o Ipea. “Na área de política territorial tem uma literatura internacional crescente sobre a conjunção das crises”, relata Monteiro. Os pesquisadores se concentram na combinação entre clima, arrefecimento econômico e fragmentação social, que conduz à polarização política, para esboçar um cenário em que a atuação pública “perde sustentação política, capacidade operativa e de entrega de soluções”.

Monteiro observa que, do ponto de vista dos territórios, na Europa a recessão de 2008 ainda não foi superada. “Muitas regiões convivem com a perda de empresas e empregos. Como resultado, há crises internas, sociais, políticas, em cadeia”, afirma. “Quando a covid chegou, desarrumou o que já estava ruim. São claros os efeitos regionais dessa crise que é sanitária e de alcance global, mas também ecológica. E isso se repete em várias partes do mundo. Antes que as crises se resolvam, aparecem crises novas e os problemas vão se agregando.”

Colombo ressalta que a expectativa de crises simultâneas, porém imprevisíveis obriga a repensar o ciclo das políticas públicas: formulação, implementação, monitoramento e avaliação. “Para funcionar, a política tem que ter previsibilidade e confiança. Mas estamos entrando em um mundo onde faltam esses dois ingredientes, um mundo de constante transformação e complexidades que surgem a todo momento. Como lidar com ele?”, questiona.

A professora da Ufal menciona o caso das chuvas no litoral de São Paulo, somadas a estiagens na região Sul e secas além do esperado na região amazônica. “Cada um desses casos era algo que não se previa. Mas sabemos que as surpresas serão constantes, em decorrência das mudanças climáticas. O ciclo de política pública tem que ser concebido para lidar com o desconhecido. É um desafio enorme não só no plano legislativo, mas também orçamentário: como programar os recursos sem saber a dimensão dos gastos?”, acrescenta.

O documento aponta para uma crescente aversão ao risco nos agentes econômicos, desde a crise financeira de 2008, o que “contribui para postergar investimentos e desmobilizar recursos produtivos”. O ciclo de alta dos juros agudizou a incerteza e a retração dos investimentos, estimam os autores. “Só as instituições públicas conseguiriam reduzir o risco do investimento privado. Se o setor público investir em infraestrutura, o setor privado irá para onde esse investimento estiver acontecendo. Não cabe ao Estado fazer tudo, mas ele pode apontar para um horizonte macroeconômico mais seguro”, afirma Monteiro.

Reconhecer que os desafios contemporâneos constituem uma policrise é uma coisa; lidar com ela é algo bem diferente, ressalta Lawrence. Para o cientista político, por mais que aceitemos a ideia de que os problemas constituem uma rede, isso não significa que sabemos reagir. Ou seja, quando



epidemiologistas alertam para a chegada de uma “doença X”, imaginamos uma resposta que envolve o monitoramento de vírus, o desenvolvimento de vacinas e a disponibilidade de leitos hospitalares. Mas seria preciso pensar também no vínculo com temas econômicos, como o enxugamento das equipes hospitalares; climáticos, como a destruição dos habitats; geopolíticos, como o acesso desigual a remédios; e políticos, como a radicalização de populações que se sentem desamparadas.

No caso de uma guerra como a invasão da Ucrânia, deve-se levar em conta não só o morticínio, não só a ruptura de cadeias de fornecimento de gás e trigo, mas também o favorecimento aos combustíveis fósseis, a instabilidade política de um mundo com alimentos caros, a nova onda de refugiados e, ao que parece, a pressão sobre o setor bancário.

A polícrise exige, portanto, uma “politransição” para um regime de governança global consciente do caráter sistemático e imprevisível dos desafios. “Precisamos de reformas institucionais da escala daquilo que produziu o sistema de Bretton Woods [ao fim da Segunda Guerra Mundial]. Uma questão-chave é se seremos capazes de conduzir uma mudança desse nível sem ser provocados por uma crise extraordinária, como foi a guerra, só que pior”, diz Lawrence. “O perigo é que o tipo de crise que nos empurraria nessa direção talvez também comprometesse nossa capacidade de responder com algo efetivo. Por exemplo, se houver uma terceira guerra, com armas nucleares, não vai sobrar muito para a governança global governar.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 14/04/2023



AGÊNCIA BRASIL - DF

LULA E XI JINPING ASSINAM 15 ACORDOS DE PARCERIA EM PEQUIM

Presidente foi recebido no Grande Palácio do Povo

Por Andreia Verdélio – Repórter da Agência Brasil - Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente da China, Xi Jinping, assinaram, nesta sexta-feira (14), em Pequim, 15 acordos comerciais e de parceria. Lula está em viagem ao país asiático e foi recepcionado no Grande Palácio do Povo, sede do governo chinês.

Os mandatários participaram de reunião ampliada com os ministros e assessores de ambos os países e tiveram encontro privado. Nessa conversa, além de temas bilaterais, eles trataram do diálogo e negociação para encerrar a invasão da Ucrânia pela Rússia. Um jantar em homenagem a Lula também foi oferecido por Xi Jinping.

Os termos assinados entre os dois países incluem acordos de cooperação espacial, em pesquisa e inovação, economia digital e combate à fome, intercâmbio de conteúdos de comunicação entre os dois países e facilitação de comércio.

Um dos acordos prevê o desenvolvimento do CBERS-6, o sexto de uma linha de satélites construídos na parceria bilateral. De acordo com o governo brasileiro, o diferencial do novo modelo é uma tecnologia que permite o monitoramento de biomas como a Floresta Amazônica, mesmo com nuvens.

Certificação

Outros documentos assinados tratam de certificação eletrônica para produtos de origem animal e dos requisitos sanitários e de quarentena que devem ser seguidos por frigoríficos para exportação de carne do Brasil para a China. O Brasil é o maior fornecedor de carne bovina para o país asiático e 60% da produção brasileira são vendidos para a China.



No contexto da visita do presidente brasileiro, o setor empresarial também anunciou 20 novos acordos entre os dois países em áreas como energias renováveis, indústria automotiva, agronegócio, linhas de crédito verde, tecnologia da informação, saúde e infraestrutura.

Segundo o Ministério das Relações Exteriores, esses acordos somam-se àqueles anunciados durante o Seminário Econômico Brasil-China, realizado em 29 de março, totalizando mais de 40 novas parcerias. Lula deveria ter feito essa viagem no fim do mês passado, ocasião do seminário, mas um quadro de pneumonia o obrigou a adiar o compromisso.

“No setor turístico, destaca-se a inclusão do Brasil na lista de destinos autorizados para viagens de grupos de turistas chineses, o que representa grande oportunidade para o crescimento do fluxo de visitantes entre os dois países”, destacou o Itamaraty.

Antes da assinatura dos atos, Lula e a comitiva brasileira participaram de cerimônia de deposição de flores no monumento aos Heróis do Povo, na Praça da Paz Celestial.

Outros encontros

Mais cedo, também no Grande Palácio do Povo, Lula teve encontro com presidente da Assembleia Popular Nacional da China, Zhao Leji. Segundo a Presidência da República, eles trataram da parceria estratégica entre Brasil e China, da ampliação de fluxos de comércio entre os países e do equilíbrio da geopolítica mundial.

“Lula ressaltou que o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a China como economia de mercado. Reforçou que o país asiático foi parceiro essencial para a criação dos Brics [bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul] e que a relação bilateral entre as nações tem o potencial de consolidar uma nova relação sul-sul no âmbito global”, informou o Palácio do Planalto.

Os dois líderes também ressaltaram a intenção de ampliar investimentos e reforçar a cooperação em setores como educacional e espacial.

Já o primeiro compromisso do dia de Lula e integrantes da comitiva foi a reunião com o presidente da State Grid, Zhang Zhigang. A empresa é líder do setor elétrico na China e tem investimentos no Brasil, com 19 concessionárias e linhas de transmissão em 14 estados.

De acordo com o Planalto, Lula reforçou a importância dos investimentos chineses no Brasil, a confiança na economia nacional e o foco do governo federal em investimentos em energias renováveis e na ampliação da rede de transmissão integrando projetos de geração eólica e solar com a rede convencional.

A China é o principal parceiro comercial do Brasil desde 2009. O volume comercializado entre os dois países em 2022 foi de US\$ 150,4 bilhões. O ano de 2023 marca o cinquentenário do início das relações comerciais entre Brasil e China. A primeira venda entre os dois países aconteceu em 1973, um ano antes do estabelecimento das relações diplomáticas sino-brasileiras.

Essa viagem é a quarta visita internacional de Lula após a posse neste terceiro mandato. O presidente já foi à Argentina, ao Uruguai e aos Estados Unidos. Ele também recebeu, em Brasília, o primeiro-ministro da Alemanha, Olaf Scholz, no fim de janeiro.

Ontem (13), Lula cumpriu agenda em Xangai, onde participou da posse da ex-presidenta Dilma Rousseff no comando do Novo Banco de Desenvolvimento, o banco de fomento dos Brics, teve encontro com empresários e visitou o centro de pesquisa e desenvolvimento da empresa de tecnologia Huawei.

A comitiva do presidente Lula deixa a China amanhã (15). No retorno ao Brasil, o avião presidencial pousará em Abu Dhabi, capital dos Emirados Árabes Unidos, para uma visita oficial.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 14/04/2023

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

LIBERAÇÃO DE RECURSOS DAS CONTAS VINCULADAS TOTALIZOU R\$ 187 MILHÕES NO 1º TRIMESTRE

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 14/04/2023 - 20:30



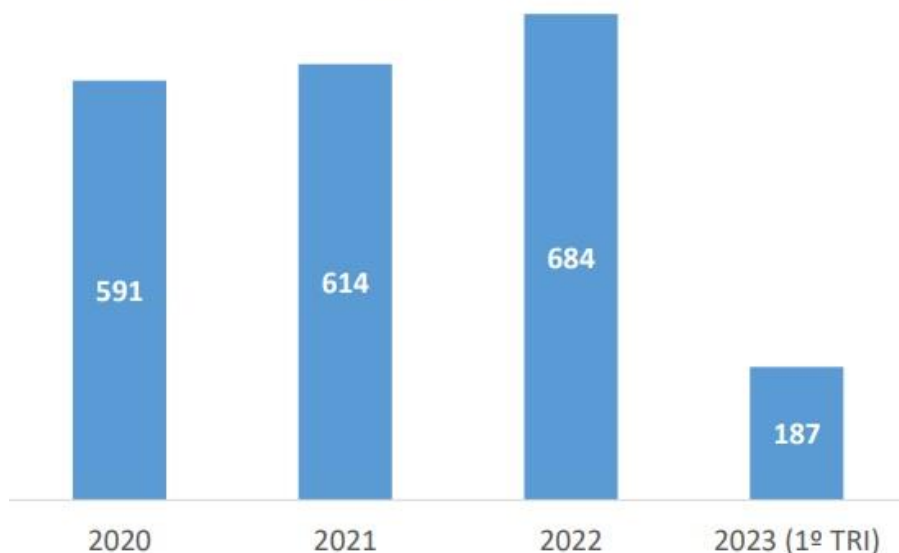
Repases caíram 18% em comparação com mesmo período do ano passado. Nos três primeiros meses de 2023, balanço do MPor contabiliza entrega de dois rebocadores da Starnav que obtiveram financiamento com recursos do FMM e foram construídos no estaleiro Detroit

O repasse de recursos das contas vinculadas totalizou R\$ 187 milhões no primeiro trimestre, queda de 18% em relação ao mesmo período de 2022. A maior parte dos valores liberados se concentra no Amazonas, estado que também tem o maior número de operações:

63 das 101 registradas no acumulado de 2023. Outros R\$ 45 milhões correspondem à categoria 'não especificada', cuja complexidade das operações podem beneficiar dois ou mais estados, conforme os critérios do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Desembolso de Recursos das Contas Vinculadas

(em R\$ milhões)



Valores Acumulados até 31/03/2023 para os repases dos recursos das Contas Vinculadas.

Fonte: MPor

[desembolsos-recursos-contas-vinculadas-1-tri-2023-mpor.jpg](#)

Na sequência, aparecem o Rio de Janeiro, com R\$ 21,5 milhões em valores liberados, e Santa Catarina (R\$ 9,5 milhões), ambos com 2 operações, além de Pernambuco, com uma operação de R\$ 5,1 milhões, Amapá (9 operações/R\$ 2,3 milhões) e Pará, com uma operação de R\$ 1,4 milhão.

Dos R\$ 187 milhões de liberações das contas vinculadas, R\$ 81 milhões correspondem a 27 projetos de construção naval, R\$ 64 milhões à categoria serviços (61 projetos) e os demais R\$ 42 milhões da



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 065/2023
Página 54 de 56
Data: 14/04/2023
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

rubrica 'prestação' (13 projetos). A navegação interior, com 79 projetos, concentra R\$ 106 milhões e os outros R\$ 81 milhões são de valores liberados para 22 projetos de cabotagem.

Em relação ao status, R\$ 23 milhões foram concluídos, distribuídos em um total de 37 projetos, R\$ 110 milhões foram considerados com andamento 'intermediário' (42) e R\$ 54 milhões (23) estão em estágio inicial.

VALOR LIBERADO
187,21M

Ano
2023

ESTADO ESTALEIRO	Nº DE OPERAÇÕES	VALOR LIBERADO (R\$)
AMAPÁ	9	2.343.678,65
AMAZONAS	63	101.780.426,65
NÃO ESPECIFICADO	22	45.033.801,23
PARÁ	1	1.406.105,26
PERNAMBUCO	1	5.150.000,00
RIO DE JANEIRO	2	21.521.142,34
RIO GRANDE DO SUL	1	465.185,12
SANTA CATARINA	2	9.509.697,42
Total	101	187.210.036,67

Fonte: MPor



repasses-estados-1-tri-2023-mpor.jpg

As operações com recursos das contas vinculadas beneficiaram principalmente armadores dos estados do Amazonas (56 operações, R\$ 100,3 milhões liberados), Rio de Janeiro (7 operações, R\$ 46,6 milhões), São Paulo (13 operações, R\$ 24,7 milhões liberados) e Paraíba (20 operações, R\$ 4,3 milhões). Os desembolsos liberados por intermédio dos agentes financeiros às empresas brasileiras de navegação (EBNs) no último ano somaram R\$ 684 milhões, ante R\$ 614 milhões em 2021.

ESTADO ARMADOR	Nº DE OPERAÇÕES	VALOR LIBERADO (R\$)
ACRE	2	275.883,06
AMAZONAS	56	100.295.923,22
PARAÍBA	20	4.293.679,26
PERNAMBUCO	1	307.287,42
RIO DE JANEIRO	7	46.611.774,51
RONDÔNIA	1	1.532.234,03
SANTA CATARINA	1	9.202.410,00
SÃO PAULO	13	24.690.845,17
Total	101	187.210.036,67

Fonte: MPor

repasses-armadores-1-tri-2023-mpor.jpg

Em 2022, a execução financeira do FMM alcançou R\$ 673 milhões e não houve liberação de recursos desde o final do ano passado até 31 de março de 2023, quando os valores foram consolidados. De janeiro ao fim de março de 2022, o volume acumulado de desembolsos do FMM para empréstimos contratados em relação à receita anual primária proveniente do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) era de R\$ 57 milhões.

A conta vinculada é um mecanismo de fomento aos armadores nacionais para que estes renovem, equipem ou reparem suas embarcações em empresas especializadas e estaleiros nacionais. Ela teve origem na implantação da política de fomento à marinha mercante nacional e à indústria naval no país e foi mantida na Lei 10.893/2004, que destina parte do AFRMM gerado nas operações de frete às empresas de navegação. Esses recursos podem ser utilizados na aquisição ou reformas de embarcações e são depositados nas contas vinculadas de AFRMM das EBNs. As contas são abertas no Banco do Brasil em nome das empresas de navegação cujo objetivo é receber parcelas do produto da arrecadação do AFRMM que lhes cabe, movimentadas pelo BNDES.

Contratações e entregas

No acumulado de 2023, com dados informados pelos agentes financeiros do período de 1º de janeiro a 22 de março, não houve a celebração de novos contratos de financiamentos com recursos do FMM. Em 2022 foram firmados 4 contratos que somam R\$ 491 milhões, ante R\$ 570 milhões em 2021, por meio de 6 contratações de empréstimos com recursos do FMM. De janeiro até o último dia 22 de março, houve duas entregas de dois rebocadores da Starnav contempladas pelo apoio financeiro do FMM, que foram construídos no estaleiro Detroit (SC), no valor total da ordem de R\$ 75 milhões.

Os dados do boletim de março/2023 do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) compilaram informações da Coordenação-Geral dos Projetos dos Fundos de Infraestrutura/Departamento de Fomento e Desenvolvimento da Infraestrutura/Secretaria de Fomento, Planejamento e Parceria (CGFI/DEFOM/SFPP), com base nas resoluções CDFMM.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 14/04/2023

NPA MARACANÃ ATRACA NO PORTO DE SANTOS NA PRÓXIMA QUINTA-FEIRA (20)

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 14/04/2023 - 11:54



Embarcação militar da classe Macaé é um dos dois navios-patrolha de 500 toneladas transferidos ao AMRJ para conclusão após recuperação judicial do Eisa. Unidade ficará subordinada operativamente ao Comando do 8º Distrito Naval e executará tarefas em todo litoral dos estados de São Paulo e Paraná

O navio-patrolha (NPa) Maracanã (P72) está previsto para chegar ao cais da Marinha do Brasil no complexo naval do Porto de Santos (SP), na tarde da próxima quinta-feira (20). Com 54 metros de comprimento e capacidade para até 35 tripulantes, a embarcação é o mais novo meio naval da armada. O NPa tem 54 metros de comprimento, um canhão de 40mm e duas metralhadoras de 20mm. O navio é capaz de desenvolver até 21 nós de velocidade e atingir um raio de ação de 2.520 milhas náuticas (cerca de 4.650 km).

De acordo com o Comando do Grupamento de Patrulha Naval do Sul-Sudeste, o NPa Maracanã ficará subordinado operativamente ao Comando do 8º Distrito Naval, unindo-se aos navios-patrolha Guajará e Guaporé na principal tarefa de defesa da Amazônia Azul, com ações de fiscalização do tráfego aquaviário, salvaguarda da vida humana no mar e prevenção da poluição hídrica, em todo litoral dos estados de São Paulo e do Paraná.



O NPa Maracanã é o terceiro da classe “Macaé”, que já possui outras duas unidades em operação na Marinha do Brasil (Macaé e Macau). O novo navio-patrolha faz parte da atual fase do Programa de Obtenção de Navios-Patrolha (Pronapa), que prevê a continuidade da construção, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), do NPa Mangaratiba, cuja entrega está prevista para 2025. O AMRJ entregou o NPa Maracanã ao setor operativo da Marinha em dezembro passado.

O termo de compromisso para a conclusão da construção dos navios-patrolha Maracanã e Mangaratiba, ambas de 500 toneladas, no AMRJ, foi firmado em agosto de 2019 pelas diretorias de Engenharia Naval (DEN), Industrial (DIM), de Sistemas de Armas (DSAM) e de Comunicações e Tecnologia da Informação (DCTIM) da Marinha. As embarcações, em diferentes estágios de construção à época, foram transferidas ao arsenal depois que o estaleiro Eisa (RJ) entrou em recuperação judicial sem concluir os projetos. O NPa Maracanã chegou a ser lançado ao mar e estava mais adiantado.

Na cerimônia de entrega em dezembro passado, o primeiro comandante do Maracanã, capitão de corveta Raphael Saidel da Costa, destacou que é um meio naval moderno e com muitas capacidades operativas. Antes da entrega ao setor operativo, o NPa Maracanã foi submetido a um amplo programa de testes de aceitação de todos os sistemas e equipamentos no mar, a fim de garantir a segurança e a eficiência da sua operação. O Maracanã navegou durante as comemorações alusivas ao bicentenário da Independência do Brasil, em setembro de 2022.

Para os próximos 10 anos, a Marinha do Brasil possui uma demanda para substituição de 12 unidades de 200 toneladas, que estão chegando ao final do ciclo de vida, por modelos de 500 toneladas. Além do navio de patrulha oceânica (OPV) 500t, a Marinha definiu outra plataforma para compor seu portfólio: um OPV de 2.000 toneladas, com padrão similar aos três navios que a força naval brasileira tem da classe Amazonas.

Ficha técnica Navio-patrolha Maracanã

Comprimento: 54,20m

Boca: 8m

Calado: 2,45m

Deslocamento: 425 toneladas

Autonomia: 10 dias no mar

Radares e sensores de última geração

Velocidade máxima mantida: 21 nós

1 canhão de 40mm

Duas metralhadoras de 20mm

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 14/04/2023



MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPIING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 14/04/2023